

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**Dissertação: Keyla Brasil no teatro São Luiz:
transnormatividade e reivindicações do movimento trans na
imprensa em Portugal**

Ana Carolina Marques Alves

Outubro de 2025

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Justiça e Desviância, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Conceição Nogueira (FPCEUP) e pelo Professor Doutor João Oliveira (ISCTE).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

A realização desta dissertação foi muito importante para o meu percurso académico, pessoal e profissional, tendo o apoio de várias pessoas e instituições, a quem, o meu apreço, desde já, quero manifestar, que tornaram a realização deste possível.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora da dissertação, professora Conceição Nogueira e ao meu coorientador professor João Oliveira, por todo o apoio prestado no decorrer da pesquisa, redação e conclusão desta dissertação, e por todas as opiniões, sugestões, e críticas que foram fundamentais para a minha evolução, tendo, como resultado a minha tese.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à Faculdade de Psicologia e de Ciência de Educação da Universidade do Porto e à minha colega de estágio, por me proporcionaram o conhecimento académico e a capacidade em vários níveis ao longo deste percurso, com momentos únicos que jamais serão esquecidos e um ajuda essencial.

Gostaria de agradecer à Marta, a minha companhia de todos os dias na faculdade, a todos os almoços que tivemos juntas, a todas as partilhas de momentos bons e maus e a todas as memórias que se tornaram melhor graças a sua presença na minha vida.

Quero agradecer aos meus melhores amigos, à Filipa, ao Nelson e à Beatriz por serem casa e companhia nos meus momentos mais difíceis e me darem apoio em todas as minhas fases da vida. E ainda agradecer a uma pessoa muito especial que apesar de não viver em Portugal me apoia sempre à distância, mas com uma facilidade indescritível, à minha Isma, que é casa longe de casa.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer à minha família, nomeadamente à minha mãe Dolores, ao meu pai Fernando, à minha madrinha Cassilda e ao meu avô António. E à minha estrelinha que teria tanto orgulho no meu percurso, a minha avó Miquelina. Sendo eles o agregado mais perto da minha pessoa, são a peça essencial que me ajudam na formação do meu carácter e me incutem os princípios que guiam sempre a minha vida. Agradecer também aos meus amigos por serem a melhor companhia desta vida. E por último agradecer ao meu namorado, o Rodrigo, por toda a paciência que tem em si para me ajudar e o meu companheiro de vida para alcançar novos patamares, sempre com o apoio incondicional dele.

Índice

Resumo	5
Abstract	6
Introdução: Revisão de Literatura	7
I. Reconhecimento legal da população trans	7
II. Heteronormatividade e Homonormatividade	9
III. Transnormatividade	12
Metodologia.....	15
I. Objetivos de Investigação	15
II. Procedimento.....	15
Análise temática.....	16
1. Arte entre liberdade e política	17
1.1. Arte é política	18
1.2. Discurso anti Woke e Ativismo Tóxico	19
1.3. Representação ou Apresentação.....	20
2. Situação da população trans.....	22
2.1. Representações estereotipadas	22
2.2. Apagamento trans.....	24
2.3. Luta pela sobrevivência.....	26
3. Violência.....	27
3.1. Protesto ou violência.....	27
Discussão	29
Estudos futuros	32
Conclusão	33
Referências Bibliográficas:	35
Anexos	42
Anexo A: Sínteses das notícias dos Jornais.....	42
Anexo B: Códigos Análise Temática	50

Resumo

A dissertação que se segue propõe uma reflexão crítica sobre os modos como as normas de gênero e os processos de reconhecimento de identidades de gênero se articulam com as produções artísticas contemporânea, nomeadamente, o teatro. Através de uma abordagem interdisciplinar entre a psicologia, os estudos de gênero e a crítica cultural, a investigação desenvolvida nesta tese, pretende questionar as tensões entre a representação a política e a visibilidade em contextos marcados por disputas em torno da legitimidade de quem pode falar ou representar determinadas vivências. Neste caso, partindo de um estudo de caso português, da Keyla Brasil, procurou-se compreender de que forma a arte pode ser simultaneamente um desafio ou reproduzir lógicas de exclusão, muitas vezes, usando, mesmo que de forma implícita, os mecanismos da transnormatividade.

Ao mobilizar contributos teóricos de diversos autores, bem como debates provenientes de ativismos trans contemporâneos, juntamente com a análise dos meios mediáticos, nomeadamente, jornais de notícias, esta dissertação explora como as reivindicações da visibilidade e da autenticidade se cruzam com as dinâmicas de poder e da produção de verdade sobre o gênero. Portanto o objetivo será oferecer ao campo da psicologia uma análise que evidencie as práticas artísticas, o teatro, e os movimentos sociais, o protesto como lugar onde existe uma negociação entre a identidade, o discurso e a cidadania. Assim, este estudo constituiu-se como um passo para uma melhor compreensão do desenvolvimento da identidade de gênero de jovens trans no contexto português, onde o seu estudo é ainda emergente.

Abstract

This dissertation offers a critical reflection on how gender norms and the processes of recognizing gender identities intersect with contemporary artistic productions, namely theatre. Through an interdisciplinary approach bridging psychology, gender studies and cultural criticism, the research developed in this thesis seeks to question the tensions between representation, politics and visibility in contexts marked by disputes over the legitimacy of who may speak for or embody certain lived experiences. Focusing on a Portuguese case study, the protest of Keyla Brasil, the study investigates how art can simultaneously challenge and reproduce logics of exclusion, often, albeit implicitly, mobilizing the mechanisms of transnormativity.

Drawing on the theoretical contributions of various authors, as well as debates emerging from contemporary trans activism and a media analysis of news outlets, this dissertation explores how claims for visibility and authenticity intersect with dynamics of power and the production of truth about gender. Its aim is to contribute to the field of Psychology by highlighting how artistic practices, particularly theatre, and social movements, including protest, function as sites where identity, discourse and citizenship are continuously negotiated. In doing so, this research constitutes an important step towards a deeper understanding of the development of gender identity among trans youth in the Portuguese context, where such studies remain at an early stage.

Introdução: Revisão de Literatura

I. Reconhecimento legal da população trans

Em Portugal, atualmente é dada uma maior importância a assuntos relacionados com a comunidade LGBTQIA+, revertendo o que acontecia até 2002. Até então o tema da homossexualidade só era referido no código penal, artigo 175, estabelecido como crime com menores (Vale de Almeida, 2010). No início deste século, devido ao contexto geopolítico português (Vale de Almeida, 2010), o aparecimento do ativismo LGBTQIA+ (Hine, 2013; Hines & Santos, 2018), culminaram nas mudanças legislativas relativas à comunidade LGB, mais tarde trans e, por último intersexo. Nos anos 90, com o aparecimento de estudos e movimentos trans (Stone, 1991; Feinberg, 1992; Namaste, 1996; MacKenzie, 1994; Bornstein, 1994; Stryker, 1995; Whittle, 1995), a identidade transgénero cunhada uma patologia na OMS, no CID-9 (1977), CID-10 (1990, 1993), na APA e no DSM-III (1980), DSM_IV (1994), tornou-se um direito humano implementado pelos princípios de Yogyakarta em 2007. Estes “princípios referentes à aplicação dos direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de género” foram criados por um grupo de especialistas em direitos humanos e tornou-se uma referência para os padrões que devem ser aplicados neste campo da identidade de género. Esta mudança permitiu o reconhecimento das pessoas trans como cidadãos com direitos protegidos e intitulados à sua identidade de género.

O reconhecimento legal da identidade de género tem um impacto na vida das pessoas trans que vai além do significado simbólico, aumentando efeitos positivos no âmbito psicológico, por exemplo, no contexto social, a existência de uma coerência entre a expressão de género e a identificação legal reduz impactos de desconforto, discriminação e violência (Rodrigues, Pinho, Carneiro, Nogueira, 2023). No caso de Portugal é mais relevante a mudança do nome e do sexo, na certidão de nascimento e nos documentos de identificação do que em outros países, isto, porque, no caso de Portugal existe um mecanismo de controlo que assegura que existe uma ligação entre o nome e o sexo com que a pessoa foi registada, devido à existência de um índice onomástico, que lista todos os nomes que podem ser legalmente registado e divididos binariamente. Dentro desta política como uma ferramenta “cis”regulatória (Santos & Santos, 2017; Hines & Santos, 2018), não é possível em Portugal mudar o nome antes de haver uma mudança de género legalmente reconhecida. Atualmente torna-se ainda mais difícil porque o cartão de cidadão, usado em muitos serviços, tem

identificado o sexo registado da pessoa. No entanto, como defende Cannoot (2020), o reconhecimento legal, embora essencial, não é suficiente para eliminar a discriminação, sendo necessário contemplar a diversidade de identidades e expressões de género (Ekins & King, 2016; Monro, 2017; Hines, 2007).

Até 1995, Portugal não reconhecia pessoas transexuais como pacientes, nem oferecia cuidados de saúde específicos. O Código de Ética do Conselho Nacional de Médicos proibía cirurgias de reatribuição de sexo em pessoas “morfologicamente normais”, revogando essa proibição apenas em 1995, mediante diagnóstico clínico de “transsexualismo” ou disforia de género. Assim, pessoas trans eram tratadas como “não-cidadãs” (Butler, 2014; Browne et al., 2021), sendo a única solução a alteração judicial de nome e sexo, processo que reafirmava o sistema binário e cisnormativo (Bornstein, 1994). Em Portugal até meio dos anos 90, a transição legal poderia de forma teórica preceder a transição corporal, no entanto, o contrário era proibido. A partir dos anos 2000 começaram as questões relacionadas com transgeneridade a serem visíveis em Portugal, com o aparecimento das associações “T”, como a Associação de Estudo de Defesa do Direito à Identidade de Género, que era liderado por mulheres trans providenciando ajuda no aparecimento de mais mulheres trans nos media para que estas pudessem contar as suas histórias. Contudo, o caso de Gisberta Salce (2006), uma mulher trans, imigrante brasileira, assassinada por jovens sob tutela de uma instituição católica, foi o ponto de viragem (Saleiro, 2013; Hines & Santos, 2018; Ramalho, 2020). A articulação entre associações LGBTQIA+, partidos de esquerda e recomendações europeias levou à aprovação da primeira Lei de Identidade de Género, em 15 de março de 2011, permitindo a mudança de nome e sexo a partir dos 18 anos. Não obstante, esta lei continuou a ser patologizante, baseando-se no reconhecimento de pessoas trans com problemas mentais, como referido no artigo 2, lei 7/2011, acessível apenas a pessoas que sejam “diagnosticadas com o distúrbio de identidade de género”. No artigo 3 demonstra a necessidade de requerimentos médicos e psicológicos com a alínea b “relatório que comprove o diagnóstico de perturbação de identidade de género, também designada como transexualidade, elaborado por equipa clínica multidisciplinar de sexologia clínica em estabelecimento de saúde público ou privado, nacional ou estrangeiro”. Apesar disto, a mudança de procedimentos judiciais para administrativos foi algo significativo, reduzindo o número de anos que as pessoas ficavam à espera. Um dos maiores benefícios é a capacidade das pessoas trans puderem começar as suas vidas adultas com a suas identidades de género reconhecidas, pois com o retiro da necessidade de haver mudanças corporais como um

requerimento, isso permitiu o aparecimento da nova cidadania corporal (Davy, 2011; Davy et al., 2018). Entre 2011 e 2018 o reconhecimento transgénero foi inaugurado e consolidado em Portugal através de vários momentos cruciais. Em 2012, na Europa foi criada uma lei em que não era necessário a modificação cirúrgica, sendo “a primeira lei europeia em que a mudança de nome e o reconhecimento legal da identidade de género (RGL), vai de encontro ao Princípios de Yogyakarta e às recomendações do Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa (Comissão da Europa, 2012) e em Portugal a identidade de género foi reconhecida como uma categoria de não discriminação nos estatutos de estudantes. Em 2013, foi feita uma modificação no código penal que aumentou o nível de gravidade na pena no que toca a crimes motivados contra a identidade de género. Em 2015, o código do trabalhador proibiu discriminação baseada na identidade de género. Todo este percurso culminou na Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que consagra o direito à autodeterminação da identidade e expressão de género e à proteção das características sexuais. Esta lei proíbe qualquer exigência de cirurgia, esterilização ou tratamento médico/psiquiátrico como condição para o reconhecimento legal (artigo 9.º, n.º 2). Na última década, na sociedade portuguesa, tem havido um aumento exponencial da diversidade das identidades e expressão de género, com o exemplo de certas identificações pessoais como fluidez de género, agender e não-binárias a serem comuns. No entanto, em Portugal, estas pessoas continuam a não encontrarem uma forma de identificação perante a lei visto que continuamos a funcionar com categorias binárias de sexo masculino e sexo feminino.

Concluindo, podemos usar o caso de Portugal para demonstrar como avanços nos direitos das pessoas trans são possíveis num curto espaço de tempo, sendo crucial o aparecimento de associações LGBTQIA+ e movimentos sociais na realização e discussão de propostas legislativas. Por outro lado, o caso de Portugal também demonstra que se quisermos políticas de reconhecimento trans que sejam mais eficazes no impacto que têm na vida das pessoas trans, é necessário que estas sejam feitas de modo que possam incluir a diversidade de identidades e expressão de género numa perspetiva interseccional.

II. Heteronormatividade e Homonormatividade

Os temas da homonormatividade e da heteronormatividade estão interligados quando se aborda a transnormatividade. Rich (1980), expõe o poder contido na heterossexualidade compulsória, denunciando os danos causados pela normalização dos desejos sexuais a partir das construções

heterossexuais, por exemplo, o heterossexismo remove as possibilidades e realidades dos desejos lésbicos, quando os torna um fetichismo. Warner (1991, 1993) cunhou o termo “heteronormatividade” para normalizar os desejos e práticas heterossexuais, de modo, a marginalizar as sexualidades fora deste construto, evocando a necessidade de uma base binária de gênero para a heterossexualidade. Robinson (2016) diz, “a heteronormatividade é um sistema hegemônico de normas, discursos e práticas que constrói a heterossexualidade como natural e superior a todas as expressões da sexualidade”. Assim, este sistema atua de forma explícita e implícita para manter a heterossexualidade e o heterossexismo como pilares sociais, legitimando a homofobia, a violência contra sexualidades não normativas e as diferentes expressões de gênero. Tal como a heteronormatividade, a homonormatividade impõe normas sociais à homossexualidade, às práticas trans e queer e aos movimentos LGBTQIA+. Yep e Elia (2012) afirmam “as imagens LGBTQ+ nos media criam a aparência de progresso político, aceitação cultural e igualdade social para as minorias sexuais”. Contudo, o aumento da visibilidade queer não eliminou a violência heteronormativa. A homonormatividade não representa uma verdadeira aceitação da homossexualidade, mas antes um mecanismo de poder da heteronormatividade para controlar culturalmente as sexualidades marginalizadas (Oliveira, Costa & Nogueira, 2013). Assim, a heteronormatividade define as normas culturais de poder e a homonormatividade depende dela para alcançar a legitimidade. Rosenfeld (2009) demonstrou como os indivíduos LGBTQIA+ utilizam as premissas heteronormativas, tanto para obterem poder mas também como uma forma da comunidade queer poder sobreviver na sociedade heteronormativa. Assim a homonormatividade começou como um termo político que se refere à popularização das minorias sexuais que assimilam e adquirem as práticas normativas e servem as construções heteronormativas de gênero binário, sexualidade e definições do que é homossexual ou heterossexual. A heteronormatividade pode ser definida como um sistema com valores institucionalmente centrados na heterossexualidade (Ingraham, 2006). Sendo assim, o heterossexismo funciona como uma ideologia que reflete e reestrutura as múltiplas formas como a sociedade molda as sexualidades (Carneiro & Menezes, 2007), negando, criticando, e estigmatizando qualquer forma de comportamento, identidade, relação ou comunidade não heterossexual. Sendo, por isso, a heterossexualidade vista em público como legítima e natural (Herek, 1993). Como a heterossexualidade, assim como a masculinidade e a feminilidade são vistas como sendo derivadas do sexo biológico, cria as expectativas institucionais e sociais para a homossexualidade (Shilt & Westbrook, 2009).

A literatura ajuda a explorar como a heteronormatividade é usada pelo próprios indivíduos da comunidade LGBTQIA+ dentro do conceito da homonormatividade. Rosenfeld (2009), fez uma distinção entre dois conceitos da homonormatividade, a pós-guerra e a neoliberal. A primeira centrou-se na construção de uma homossexualidade aceitável baseada na conformidade de género e na aparência heterossexual em espaços públicos (p.621). Já a conceção neoliberal implica a inclusão das minorias sexuais sem questionar os valores heterossexuais (Duggan, 2003, p.50). Assim, a homonormatividade reflete uma transformação macropolítica, os avanços legais para gays e lésbicas criaram a ilusão de igualdade, exigindo comportamentos “aceitáveis” e conformes às normas heteronormativas, com o foco no casamento, na família (Duggan, 2003) e na conformidade de género (Stryker, 2008). Richardson (2004, p.406) observa que estas normas reforçam a ideia de que “a forma correta de relações sexuais é uma relação monogâmica, de longo termo, baseada nos modelos de família e casamento heteronormativos”. Estas normas tornam-se ferramentas de repressão, reafirmando o binarismo de género, a dominação masculina e as hierarquias raciais, moldando a comunidade LGBTQIA+. Puar entende a homonormatividade como um espectro da sexualidade tolerado apenas sob vigilância e controlo dos corpos queer. A nível micropolítico, ela alinha os interesses gays com as estruturas dominantes de poder e conhecimento (Stryker, 2008). Assim, a conformidade protege da marginalização, mas perpetua divisões binárias e limita a resistência (Foucault, 1976; Butler, 1990). A homonormatividade e a transnormatividade descrevem modos de incorporação de sexualidades e géneros marginalizados dentro da heteronormatividade. Ambas partem da noção de “normatividade”, que define o que é considerado normal. Contudo, teorias homo/transnormativas também revelam esforços queer para redefinir o normativo, dismantando a heteronormatividade e afirmando a identidade queer. O discurso homonormativo, porém, continua a apoiar construções binárias e a ignorar interseções com raça, classe, idade ou corpo. Um exemplo é o movimento pelo casamento entre pessoas do mesmo sexo, que passou de uma crítica à instituição para a sua defesa como direito básico. Homens gays brancos e mulheres lésbicas dentro do modelo tradicional de família tornaram-se o rosto desse movimento, enquanto outras identidades foram marginalizadas. Halberstam (2011) argumenta que o casamento igualitário não desconstrói a instituição opressiva e heteronormativa, mas antes reforça o seu poder. Atualmente, a homonormatividade ultrapassa a dominação neoliberal masculina branca e aplica-se a várias retóricas sobre género e identidade. Estas tornam-se espaços de resistência e, simultaneamente, de vulnerabilidade à repressão heteronormativa. Pessoas transgénero, por

exemplo, enfrentam pressões sociais e legais para suprimir aspetos da sua identidade a fim de obterem aceitação, cuidados médicos e autonomia corporal (Vipond, 2015). A principal diferença entre as teorias da transnormatividade e da homonormatividade é que as primeiras procuram acesso básico à autonomia corporal, enquanto as segundas frequentemente reafirmam posições de privilégio, ilustrando diferentes formas de normatividade e poder.

III. Transnormatividade

O termo trans refere-se às pessoas cuja identidade de género, expressões ou comportamentos diferem daqueles tipicamente associados ao género atribuído no nascimento. Este grupo inclui uma diversidade de identidades, binárias e não-binárias, como genderfluid, entre outras. Algumas pessoas trans experienciam diferentes graus de disforia de género (DG) devido à incongruência entre corpo e género percebido, procurando por isso tratamentos médicos de afirmação de género. No modelo de stress de minorias, Lindley e Galupo (2020) demonstraram que a disforia de género deve ser entendida como um estressor proximal, resultante da interação entre fatores internos e gatilhos externos, incluindo transfobia internalizada e transnormatividade. A transnormatividade descreve as formas pelas quais algumas pessoas trans, frequentemente brancas, heterossexuais e com privilégio de classe, são normalizadas como o “tipo certo” de pessoa trans, isto é, aquelas que mais se conformam às normas cisgénero e homonormativas. Glover argumenta que este processo está ligado à política de respeito, aos padrões heteronormativos e ao privilégio de classe. Exemplos como Janet Mock e Laverne Cox ilustram como mesmo mulheres trans negras podem ser exaltadas por corresponderem a ideais normativos de feminilidade e beleza. Académicos de estudos de género e sexualidade apontam que muitas instituições, incluindo centros de recursos LGBTQIA+, operam dentro de estruturas binárias, reconhecendo transições médicas binárias, mas negando reconhecimento social a pessoas não-binárias, perpetuando o binarismo de género. A transnormatividade cria ainda mais dificuldades para aqueles que não se conformam com um género binário, uma vez que este conceito não faz o suficiente de modo a que possam ser desmantelados os binarismos de género existentes e, portanto, não demonstra os desafios particulares que as outras identidades e expressões de género enfrentam diariamente. Desafiar a transnormatividade significa desafiar a superioridade da étnica branca, o colonialismo e a heteronormatividade, porque a transnormatividade é inseparável dos sistemas de opressão (Lange et al, 2019) que são criados para limitar as chances de vida, oportunidades e expectativa de vida das pessoas trans. Torna-se fundamental, educar sobre o facto que a transição é uma experiência

diversa, com diversos significados para diferentes pessoas, e consequentemente, acabar com a opressão de género e de todas as formas de violência e dominância. O número de pessoas que se identificam como transgénero e com diversidade de género (TDG) aumentou nos últimos anos (Gates, 2011). A visibilidade TDG através dos media (Cavalante, 2017) e no mercado económico também aumentou (David, 2017). Este aumento contou com o aparecimento de celebridades como Caitlyn Jenner, personagens secundários em filmes e programas de televisão, com as suas histórias de vida como tema central. Embora esta representação tenha aumentada de forma positiva à primeira vista, não está isenta de falhas, e estas pessoas ainda são amplamente sub-representadas nos media (Capuzza & Spencer, 2016). Embora muitas pessoas TDG sejam resilientes frente à marginalização, as representações mediadas são frequentemente estigmatizantes (Glover, 2016), interpretadas por atores cisgénero (Armstrong, 2016), ajudando a encaixar a comunidade em rótulos transnormativos (Mocarski, Butler, Emmons & Smallwood, 2013). Os limites nos tipos de representações exibidas nos media perpetuam entendimentos do que significa identificar-se como trans e obscurecem muitos obstáculos enfrentados pela população. Um desses obstáculos são as devastadoras disparidades económicas e cuidados de saúde, que incluem indivíduos dentro da comunidade com pensamentos suicidas, situação de sem abrigo e a sofrerem agressões durante a idade escolar, bem como taxas elevadas de depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas, e PTSD (Bockting, Miner, Romine, Hamilton, Coleman, 2013; Haas et al., 2010; James et al, 2016). As disparidades enfrentadas pelas populações TDG são reais e são frequentemente exacerbadas por barreiras criadas quanto ao cuidado de saúde que incluem o medo de estigmatização, a recusa de cuidados e a discriminação em ambientes de cuidado. Estas disparidades e obstáculos são agravados e/ou enraizados em mal-entendidos públicos sobre o que significa ser desta comunidade, junto com uma visão de mundo hegemónica que é tanto heteronormativa quanto normativa de género, vendo o género como uma proposição vinculada ao sexo biológico atribuído no nascimento. É, portanto, essencial compreender como as representações mediáticas moldam perceções e afetam diretamente o bem-estar das pessoas TDG. Apesar de melhorias nos padrões de cuidados, muitas políticas ainda restringem o acesso a tratamentos de afirmação de género. Pesquisas sobre práticas linguísticas de pessoas trans em contextos médicos (Speer, 2011; Speer & McPhillips, 2013; Zieger, 2016; Borba, 2017, 2019) demonstram que o acesso ao cuidado é amplamente determinado pelos critérios diagnósticos de disforia de género do DSM-5 — definidos como “incongruência marcada entre o género experienciado/expresso e o atribuído”, com duração

mínima de seis meses e presença de certos sintomas. A adesão institucional a esses critérios criou uma narrativa padronizada da experiência trans, que poucos vivenciam plenamente, mas que muitos sentem necessidade de reproduzir. Assim, o acesso a cuidados torna-se um “teste”, em que pacientes devem apresentar uma identidade binária coerente com expectativas médicas (West & Zimmerman, 1987). Essas normas limitam a autonomia de pessoas trans, sobretudo não-binárias, que relatam pressão para se manter dentro dos binarismos de sexo e gênero durante interações médicas (Zieger, 2016). O receio de não serem consideradas “trans o suficiente” (Garrison, 2018) reforça hierarquias internas sobre quais identidades são vistas como mais autênticas. Johnson (2016) descreve a transnormatividade como o sistema que “estrutura a experiência e as narrativas trans em uma hierarquia de legitimidade dependente dos padrões médicos.” Historicamente, identificar-se fora do binário implicava perda de acesso a cuidados, levando indivíduos a adaptar a linguagem da sua experiência para satisfazer expectativas institucionais. O papel central da disforia de gênero neste modelo médico é amplamente debatido. O transmedicalismo, ideologia que define a disforia e o desejo de transição médica como condições necessárias para ser considerado “verdadeiramente” trans, reforça a autoridade médica na regulação da experiência trans e marginaliza identidades que dela divergem. Transmedicalistas defendem que afastar-se deste modelo compromete a aceitação pública e trivializa experiências “autênticas”, rotulando outros como “transtrenders”. Esta visão, contudo, reproduz normas cisheteronormativas e limita a diversidade das vivências trans. Por exemplo, a relação com a discriminação social das pessoas trans e a ausência delas no mercado de trabalho., ou seja, as pessoas trans têm problemas de inclusão devido à discriminação e não devido às suas características, como tal, este exemplo de uma reivindicação ao trabalho corporizado por Keyla Brasil. Keyla Brasil que é uma atriz, performer trans e ativista brasileira, residente em Portugal e que tem reivindicado pelas melhores condições de vida das pessoas trans e que após este ativismo no teatro São Luiz recebeu diversas ameaças de morte o que a fez desaparecer por uns dias. O que demonstra que a discriminação é ainda um tema muito atual.

Metodologia

I. Objetivos de Investigação

O objetivo desta tese foi perceber como os media discutiram, analisaram e divulgaram o caso da Keyla Brasil no teatro São Luiz. Neste sentido foi pretendido perceber se estas representações reforçam ou desafiam as normas cisheteronormativas. Perceber como a cobertura mediática contribui para o debate sobre a representatividade trans nas artes, analisando o discurso da imprensa. E refletir sobre as implicações sociopolíticas destas narrativas para os direitos e a visibilidade das pessoas trans em Portugal. Ao situar o caso da Keyla Brasil como uma performance política de contestação, esta tese explora as tensões entre a arte, a política, e o reconhecimento trans, sublinhando os efeitos psicológicos e sociais da disputa pela legitimidade da voz trans e propondo uma reflexão crítica sobre os modelos de representação mais flexíveis e plurais, capazes de destabilizar normas de género e ampliar possibilidades de visibilidade, cidadania e saúde mental.

II. Procedimento

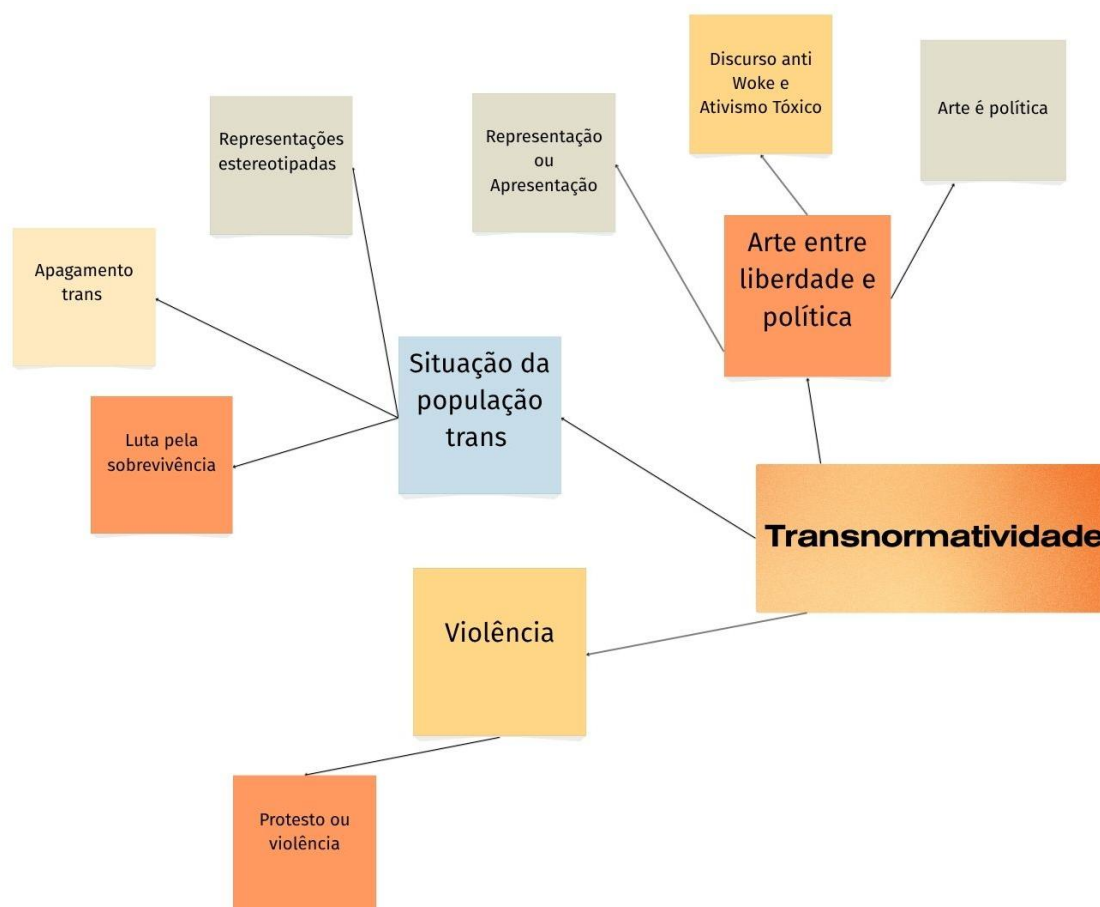
A realização desta tese foi feita através da análise de diversos jornais de notícia. Estas notícias ou artigos de opinião que foram selecionadas tinham de estar diretamente relacionadas com os protestos da Keyla Brasil e o debate sobre a representatividade transfake, o ativismo e a liberdade artística. Nesta dissertação procurei textos com posições distintas, ou seja, textos favoráveis ao protesto, textos neutros ou informativos e textos críticos. Incluíram-se notícias e artigos de opinião de forma a entender que cada género contribui para um tipo distinto de discurso, as notícias com uma informação mais objetiva e enquadramento factual. Os artigos de opinião demonstram as posições ideológicas e morais. As notícias foram retiradas do jornal Público, com a análise de dezoito textos. No jornal Expresso foram analisadas três notícias. No jornal Notícias ao Minuto foram sintetizados quatro textos noticiários. No jornal Globo foram analisadas cinco notícias. E por último no jornal Observador foram analisadas oito notícias. O procedimento que foi utilizado na análise de dados recolhidos foi a análise temática, com base nas propostas do livro “Análise Temática” da Virginia Braun e Victoria Clarke (2022). Na análise temática foram seguidas as seis fases propostas por Braun e Clarke (2022), começando pela *familiarização com os dados*, através da análise e sintetização dos textos de todos jornais de notícias, complementando com leitura e releitura dos dados até conseguir obter códigos. De seguida, procedeu-se à *produção*

dos códigos iniciais, em que foi realizada uma lista de frases e palavras mais relevantes e que fossem de encontro aos objetivos da tese, que foram progressivamente reunidos em códigos, que é a unidade mais básica de conteúdo da análise temática. Na terceira etapa, a *pesquisa de tema*, foi feita através do agrupamento dos códigos anteriormente encontrados, de modo, a chegarmos a unidades maiores de análise e com significados mais abrangentes que são os temas. A quarta etapa, foi a *revisão dos temas*, para perceber se estes temas realmente se enquadravam no objetivo da tese e que levou à realização do mapa temático da análise. A quinta e penúltima etapa, *definição e nomeação dos temas*, foi uma etapa importante, visto que foi a aprimoração dos títulos dos temas e também a descoberta dos subtemas que foram analisados na análise temática que fossem exemplificativos e claramente ilustrativos dos conteúdos que os integram. Por último a etapa final foi a *redação do relatório*, em que se organizou e redigiu os resultados em formato escrito, utilizando excertos mais significativos e apelativos integrados na análise temática (Braun & Clarke, 2006, 2013, 2022).

Análise temática

Na análise temática, inicialmente, foi realizada uma leitura intensa e repetitiva dos textos das notícias e dos artigos de opinião, de modo, a perceber como os diferentes textos abordaram o caso da Keyla Brasil. Este processo envolveu anotações e pesquisas sobre os temas que eram abordados. Em seguida através da análise temática (Braun & Clarke, 2022), foram criados códigos, de forma, a isolar unidades de sentido relevantes para os objetivos da pesquisa. Os códigos emergiram tanto de expressões literais como “liberdade artística é política, “recusa à acusação de transfobia” e também de inferências interpretativas orientadas pelo referencial teórico. Os códigos foram depois agrupados em temas-guarda-chuva, que traduzem padrões de significado mais amplos. A construção temática não se baseou apenas na frequência, mas sobretudo na densidade conceitual e na relevância política dos discursos identificados. De seguida foram revistas as relações entre os temas e os dados originais, e assegurar que ambos encaixavam corretamente. A nomeação de cada tema foi um processo mais complicado, que demorou mais tempo, a encontrar os conceitos que definissem corretamente os temas que eu queria abordar ao longo da dissertação.

Sendo assim, encontrei três temas, o primeiro, a *Arte entre a liberdade e política* com os subtemas a *Arte é política*, *Discurso anti Woke e Ativismo Tóxico*, *Representação ou Apresentação*. O segundo tema foi a *Situação da população trans* com os subtemas *Representações estereotipadas* e *apagamento trans*, *Cisnormatividade e Transnormatividade* e *Luta pela sobrevivência*. E por último o tema *Violência* com os subtemas *Ativismo Tóxico e Protesto ou violência*. Por fim, foi construída uma narrativa interpretativa que faz a ligação entre os temas identificados e o enquadramento teórico e com o objetivo de evidenciar como a transnormatividade se manifesta nos discursos sobre Keyla Brasil. Nesse sentido foi feito o mapa temático seguinte.



1. Arte entre liberdade e política

A relação entre a arte e a política é caracterizada pela tensão, interdependência e ambivalência filosófica, refletindo dificuldades ideológicas entre liberdade e controle, otimismo e pessimismo.

Artistas e filósofos continuam a debater se a arte deve continuar autónoma ou se deve servir como uma forma de moldar a vida social e política. Este debate expõe a ligação entre a experiência estética e a realidade política (Oxford Handbooks Online, 2014, p.476). Por um lado, a arte tem funcionado como uma forma de resistência, como oposição à repressão e à censura. Artistas têm usado as suas obras para revelar o que é “silenciado, reprimido, temido e oculto” (Becker, 1992, p.246-247). Por outro lado, a arte também é vista como uma forma de reconciliação, sendo um meio pelo qual a sociedade pode imaginar ou construir uma ordem mais livre e mais humana. Sendo assim, a relação entre a arte e a política não é simplesmente de oposição, mas de desafios e renovação. A autonomia da arte protege a sua liberdade, mas muitas vezes a sua vitalidade depende da ligação com as realidades políticas e sociais. A contínua “guerra” entre filosofia, arte e política, entre razão e sentidos, argumento e retórica, pode ser reinterpretada não como uma luta por domínio, mas como uma dialética da liberdade (Oxford Handbooks Online, 2014, pp. 482–484). O poder da arte reside na sua capacidade de resistir à dominação, provocar reflexão e expandir as possibilidades da imaginação política.

1.1. Arte é política

A arte pode ser usada com uma crítica social, denunciando injustiças, desigualdades e opressões ou, por outro lado, como propaganda política para mobilizar e persuadir. No caso da Keyla Brasil temos o corpo como palco político, com a presença da Keyla Brasil, uma pessoa travesti, que por si só, já representa um gesto político, a reivindicar o direito de existir e ser representada no espaço artístico. O protesto da Keyla Brasil, trouxe à tona a discussão sobre quem pode interpretar quem no teatro, questionando se deverá um ator cisgénero representar uma personagem trans, quando existem atores trans que podem ocupar esse papel. Ao interromper a peça, Keyla transformou a própria performance teatral num ato político, lembrando assim as tradições do teatro de intervenção em Portugal no pós 25 de abril, mas tocando em temas atuais que devem ser debatidos. Como escreveu Daniela no Expresso (2023), “quando lutamos por sobreviver, o nosso grito tem de ir mais longe e mais forte”, sublinhando o carácter urgente e político do gesto de Keyla. Também o Público (2023) noticiou que o protesto “trouxe à discussão o acesso ao trabalho e o silenciamento de vozes trans”, destacando a fala de Dusty sobre a perda de espaço para artistas trans no mercado teatral. Sendo assim, a política da arte passa cada vez mais a ser uma questão de visibilidade, inclusão e igualdade, em vez de censura e proibição (Público, 2023). Mas será que podemos afirmar

que a política da arte passa a ser menos sobre censura e mais sobre a visibilidade, inclusão e a igualdade?

1.2. Discurso anti Woke e Ativismo Tóxico

O conceito de “cultura *woke*” significa, originalmente, o estado de vigilância constante adotado por grupos marginalizados, especialmente minorias raciais, perante a discriminação sistémica. Com o tempo, o termo tem sido expandido pelos movimentos ultraconservadores e de extrema-direita, abrangendo debates sobre discriminação sexual, imigração, violência de género e outras formas de desigualdade social. O discurso anti-*woke* tem sido usado para deslegitimar grupos vulneráveis (Vezzosi, 2021). O movimento *woke* associa-se a lutas pela igualdade de género, liberdade sexual e justiça social. Já a retórica anti-*woke* acusa-o de destabilizar valores humanos fundamentais e destruir a hierarquia social (Mering, 2021). O Público publicou textos que enquadraram o protesto como “ativismo tóxico” e “humilhação” (Vasconcelos, E., *Público*, 2023), bem como como exemplo de “alvoroço woke” (Fernandes, J. C., *Público*, 2023). Ou seja, é como se por incluírem mais pessoas, estivessem a colocar uma certa visão do humano em causa.

As críticas mais conservadoras descrevem-no como um movimento emocional e irracional, para Noelle Mering, “o crescimento do movimento *woke* é medido pela destruição”, e Ayaan Hirsi Ali define-o como “*emocracy*”, um governo das emoções, em que qualquer ação se justifica desde que cause bem-estar, ignorando as consequências morais. Segundo esta retórica, os movimentos sociais teriam evoluído da justiça para a vingança e da vingança para a abolição da autoridade, um argumento que visa, na verdade, desacreditar as lutas emancipatórias e conter avanços em matéria de justiça social, transformando o *wokismo* num bode expiatório. Veja-se como isto ocorre no caso da Keyla Brasil.

Duas notícias do jornal Observador abordam o protesto de Keyla à luz do *wokismo*. Em “Fake, o paradoxo da chaladice”, Eugénia de Vasconcelos afirma que o protesto ilustra “a lógica *woke*: os oprimidos podem interpretar tudo, os opressores nada”, classificando a intervenção de Keyla como “ativismo tóxico” e “humilhação” para o elenco, nomeadamente André Patrício e Daniel Gorjão. Já José Carlos Fernandes, em “Entre estátuas, palcos e penteados: O wokismo em Portugal”, apresenta o episódio como exemplo de “alvoroço *woke*”, descrevendo três consequências: a substituição do ator cisgénero por uma atriz trans, a introdução do termo *transfake* no vocabulário público e a suposta imposição de correspondência entre identidade dos intérpretes e personagens.

A retórica de ambos os textos procura enquadrar a ação de Keyla num discurso conservador e anti-*woke*, desqualificando o protesto enquanto forma de resistência política. Contudo, outras leituras mediáticas destacaram que, ao ocupar o palco seminua, Keyla rompeu com a invisibilidade estrutural, afirmando a presença travesti num espaço que historicamente a exclui. No Expresso (2023), Daniela reforça: “Numa sociedade centrada nas cis-normatividades, quem continuará a sofrer empurrões para as margens serão sempre as mesmas pessoas”, afirmando o carácter político do protesto e recusando a sua patologização como “tóxico”. Assim, longe de ser um ato “tóxico”, o protesto pode ser interpretado como necessário e legítimo. Neste sentido, com este subtema, a reação da imprensa evidencia, portanto, a ambiguidade nas reações ao protesto, destacando-se o “excesso” e o “constrangimento”.

1.3.Representação ou Apresentação

Nas diversas notícias sobre este caso, um dos subtemas que foi possível analisar, é se a representação de personagens trans deverá ser uma representação ou uma apresentação. Isto é, o debate entre a representação e o transfake que se encontra na interseção entre as teorias feministas, o ativismo trans e as críticas culturais. Segundo Butler (2015), torna-se claro que a categoria de “mulher” foi problematizada dentro do conceito do feminismo, mostrando que apesar da tentativa da representatividade de ser inclusiva, esta também tem os seus limites e exclusões. Butler (2009) critica as consequências da linguagem como algo que controla de forma absoluta os sujeitos, o que leva a um entendimento muito linear entre a representação e a ação. Este entendimento gera práticas de bloqueio discursivo e repressão, assumindo que a representação equivale à prática. Consequentemente, busca-se evitar representações “problemáticas” com medo dos seus efeitos, restringindo o espaço da arte e da política.

Neste contexto, aparecem as críticas dos ativismos trans à contratação de atores e atrizes cis para papéis trans, articulando com o termo transfake. O Movimento Nacional de Artistas Trans (MONART), no Brasil, em carta aberta de 2018, reivindicou que a representatividade é fundamental para a garantia de direitos. O documento faz uma ligação entre transfake e blackface, estabelecendo um paralelismo entre a exclusão trans e a exclusão histórica da população negra. O blackface, conforme Nunes (2013) e Djamilia Ribeiro (2015) explicam, não se limita à pintura facial, mas há prática de caricaturização que reforça os estereótipos racistas e subalterniza pessoas negras. O transfake, de forma semelhante, ocorre quando atores cis interpretam personagens trans, como explicou a Tertuliana Lustosa (Coletivo Xica Manicongo). Essa posição foi também

assumida pelo Coletivo T e pelo MONART em 2017, num abaixo-assinado contra a peça Gisberta, e por Renata Carvalho (2018), que relacionou diretamente o transfake ao blackface, afirmando “se este é hoje inaceitável, o transfake também deveria ser visto como prática de mau gosto”. O termo “fake” realça o facto que a performance cis sobre a experiência trans é considerada falsa.

No entanto, apesar desta analogia, existem diferenças significativas entre estes temas. O Blackface baseia-se na ridicularização e insulto direto. O Transfake normalmente não parte da intenção de ofensa, mas inevitavelmente cria narrativas patologizantes; sendo personagens escritas e representadas sob o imaginário da medicina psiquiátrica (CID-10, DSM-5), em que a transexualidade aparece como doença, marcada pela aversão ao próprio corpo e pela intenção de mudança cirúrgica e do consumo de hormonas. Reforçam a imagem de dor, angústia e infelicidade como a essência da experiência trans. Contrariamente, quando pessoa trans ocupam esses papéis, a repercussão tende a ser positiva. Laverne Cox em *Orange is The New Black* e as atrizes trans de *Pose* são exemplos em que os media e os críticos reconheceram como necessárias, responsáveis, não oferecendo apenas visibilidade, mas reconhecimento político da legitimidade trans. Foucault (1999, p.8) descreve como veredicto “a capacidade de produzir um efeito de verdade”, ao falarmos deste exemplo, vemos que a atuação por parte de atrizes trans transmite uma verdade não apenas artística, mas política, ancorada na vivência concreta da exclusão, violência e precariedade que marca a existência trans. Contudo, esta perspetiva pode trazer consequências negativas, afirmando-se que só pessoas trans podem interpretar personagens trans porque são as únicas capazes de representarem a “verdade” do seu género, estabelece um regime de veracidade que historicamente definiu o género como patologia. Desta forma, o movimento contra o transfake pode correr o risco de reessencializar a transexualidade. Se antes a transgeneridade era vista como “falsa” em relação à cisgeneridade, agora ocorre uma inversão, a cisgeneridade passa a ser “fake” e a transgeneridade “verdadeira”. Essa inversão não rompe completamente com os discursos médicos e normativos, mas reescreve-os. Outra consequência é o facto de haver raros papéis trans em produções artísticas e se insistirmos que só as pessoas trans devem interpretá-los estamos a limitar as oportunidades de trabalho para artistas trans, confinando-os apenas a representarem personagens trans. Sendo assim este conceito pode ter dois efeitos, por um lado, os artistas trans são vistos como educadores da sociedade, ajudando a conscientização sobre género, mas, por outro lado, atores cis que interpretam personagens trans são acusados de falsidade ou apropriação, levando à censura.

Concluindo, (Butler, 1990, 2009, 2015; Foucault, 1994,1999) defendem que o objetivo não deve estar em fixar equivalências rígidas, mas promover a flexibilidade nos mecanismos de reconhecimento. Em vez de exigir uma identidade perfeita entre o ator e a personagem, seria mais produtivo apostar na proliferação de representações diversas, não caindo nas representações estereotipadas. Assim, a contratação de pessoas trans deveria ocorrer não apenas para papéis trans, mas em toda a produção artística, dinamizando as formas de representação e evitando que o reconhecimento se transforme em nova forma de exclusão.

2. Situação da população trans

Os media (series de televisão, filmes, teatro, as redes sociais, e entre outros) ajudam a moldar os padrões sociais sobre o que é considerado aceitável em determinado tempo e lugar, servindo como agentes de socialização. Por esse motivo as representações da comunidade “trans” são maioritariamente formadas num padrão transnormativo, sendo assim, um construto social que decide quais são as pessoas trans “aceitáveis” e quais devem ser excluídas da lógica do sistema heteronormativo e capitalista (Johnson, 2016; Mocarski et al., 2013). Isto tem um impacto em como a sociedade conceitualiza a forma como as pessoas trans devem ser e se comportar, e consequentemente a própria identidade, autoimagem e autoestima da comunidade trans. Nos últimos anos, aumentou a visibilidade de personagens trans na ficção, impulsionada principalmente pelas plataformas de streaming por assinatura (SVODs), que valorizam comercialmente a diversidade e ampliam a presença de personagens LGBTIQ+ (Ramos & Garay, 2021). Contudo, esse crescimento quantitativo não garante melhorias reais na vida das pessoas trans, especialmente quando as representações continuam baseadas em estereótipos que não contribuem para a construção de identidades trans positivas (Guidotto, 2006). Como sintetizou Susana Peralta no Público (2023), “as pessoas trans em Portugal continuam na invisibilidade e na vulnerabilidade”, e é precisamente por isso que “Keyla fez a este país o inestimável serviço de nos fazer reparar na humanidade de uma pessoa trans”.

2.1. Representações estereotipadas

Historicamente, a representação mediática de pessoas trans foi moldada por uma lógica cisnormativa. Embora haja avanços em imagens mais “positivas”, a maioria das narrativas ainda segue a transnormatividade (Capuzza and Spencer Leland, 2017), retratando a transição médica (hormonal e cirúrgica) como condição para uma vida feliz (Siebler, 2012). Esta visão também

aparece nas leituras mediáticas sobre o caso de Keyla. O Público (2023) publicou o artigo “O casting transfake é transfóbico!”, onde Dusty Whistles afirma que “pessoas cis em papéis trans criam a ideia transfóbica de que as vivências trans não passam de performance”. Esse enquadramento atende ao sistema televisivo neoliberal, que busca a empatia do público sem arriscar perda de lucros, resultando em práticas como *queerbaiting* e *pinkwashing* (Sánchez-Soriano and García-Jiménez, 2020). Assim, as narrativas reduzem a experiência trans a um percurso de sofrimento até à afirmação de género, reforçando o binarismo e invisibilizando dimensões como sexualidades racializadas, resiliência e vivências não binárias (Vidal-Ortiz, 2009). Como consequência, representações transnormativas restringem as possibilidades de identificação e estigmatizam quem não se enquadra nesses padrões, alimentando a transfobia, como quando a sociedade encontra pessoas trans reais que não correspondem às imagens mediáticas (Mocarski et al., 2019).

Um conceito que poderá ser usado para explicar como a audiência LGBTIQ+ é afetada pelos media é o “*mediated linked fate*”, que descreve como a perceção de uma pessoa sobre o seu destino, e das pessoas que pertencem a um grupo identitário, está ligado a figuras dos media, quer sejam personagens ficcionais ou celebridades. Gray (2009) usa a expressão “*queer identity work*” para demonstrar como as representações dos media podem facilitar ou iniciar uma construção deliberada das diferentes subjetividades da identidade trans. No entanto, por outro lado, podem causar uma dificuldade no processo de identidade. Geralmente, as representações das pessoas trans tendem a ser transfóbicas, misgendered, sensacionalistas e reducionistas, por exemplo, quando é usada a narrativa da mudança de sexo contribuindo para um sensacionalismo quanto à realidade trans. Além disso, a crescente visibilidade de mulheres trans e pessoas totalmente afirmadas em seu género, muitas vezes brancas e de classe média alta, reforça uma ideologia transnormativa e valores neoliberais (Perkins, 2016). As representações estereotipadas podem ser resumidas nesta frase de uma entrevista feita a um homem trans de 22 anos, em que afirma “Marginalização, adição a drogas, prostituição e drama. A vida deles, por serem trans, é má, e tens de viver com isso, é o que tens por seres trans. Esta é a representação normal nas séries da televisão”. Neste artigo foi destacado a associação que é feita entre as pessoas trans com uma vida que é trágica e miserável. O problema deste tipo de narrativa não é só serem mostradas as partes trágicas da vida das pessoas, é o facto de não serem mostradas partes do dia a dia como cenas de comédia ou normais. Os participantes também criticaram a associação que é feita com a prostituição como sendo o trabalho

mais comum a todas as mulheres trans, quando, na realidade, estas exercem todos os tipos de profissões, desde advogadas, a carreiras políticas, professoras, e entre outros.

Por último, a maioria das narrativas mediáticas sobre pessoas trans foca na luta durante a transição, tratando a cirurgia de redesignação sexual e a terapia hormonal como indispensáveis para se adequar às características transnormativas (Perkins, 2016). Além disso, essas narrativas frequentemente hipersexualizam personagens trans, reforçando estereótipos como mulheres trans exageradas e altamente maquilhadas. As representações estereotipadas, portanto, não apenas distorcem, mas reforçam as estruturas que marginalizam. Como recorda Luísa Semedo (Público, 2023), “só quem é trans sabe o que é ser trans”, sublinhando que a empatia não substitui a escuta das experiências reais.

2.2. Apagamento trans

Segundo o artigo “Trans young people and the media: transnormativity, agency, and social change”, em 2014 a revista Time declarou que tinha sido alcançado “the transgender tipping point”, isto é, um aumento no número de pessoas da comunidade trans que começaram a partilhar as suas histórias ao mundo que tantas vezes lhes é hostil. Os meios de comunicação, tal como a televisão contribuem para o aumento da visibilidade mediática dada aos jovens trans, como o exemplo da série Euphoria, que saiu em 2019 com uma personagem trans, Jules, representada por uma atriz trans Hunter Schafer. Apesar do aumento da visibilidade trans nestes meios ser algo positivo, traz muitos problemas em termos da representação que é feita, que por vezes, leva a uma maior reação contra a vida de jovens trans. Isso manifesta-se nas mudanças que surgem à legislação introduzida em países como a Austrália e os Estados Unidos, em que é impedido o acesso das pessoas trans a certos desportos, às casas de banho, à educação inclusiva e a tratamentos de afirmação de género. No que toca à representatividade, embora haja uma crescente diversidade de géneros, os jovens com género binário e os jovens que fizeram transições médicas, continuam no foco dos palcos. Continua a se priorizar o enfoque que perpetua uma vida transnormativa, que apresenta como sendo mais desejável que os jovens trans sejam vistos como cisgénero, que tenham um género binário, e que não aspirem a questionar os regimes de género existentes, que foram impostos pela sociedade. De facto, embora os jovens trans, frequentemente defendam uma maior aceitação de todas as pessoas trans, há muitas vezes uma sensação de que as narrativas mediáticas contemporâneas de jovens trans apoiam sobretudo uma narrativa de gratidão pela inclusão, rejeitando relatos mais diversos das vidas trans. Isto não significa que a inclusão não seja algo significativo, no entanto,

as representações continuam a ser muito focadas numa inclusão restrita, neoliberal, binária e que não ensinam os jovens a criarem estratégias para contestar a transnormatividade e resistir ao cisgenderismo atual. Falta em grande medida representações de jovens trans racial e socialmente diversos, perpetuando as representações de jovens brancos. De forma semelhante, representações de famílias que têm dificuldade em apoiar um jovem trans frequentemente dependem de momentos de “epifania” ou da intervenção de um amigo de confiança, representações que não correspondem à realidade do percurso de compreensão dos familiares. Investigações recentes de Pang et al (2020) sugerem que, quanto mais jovens são expostos a representações mediáticas de pessoas trans, mais conscientes ficam dos seus próprios sentimentos sobre o género. No entanto, estes notaram mais recentemente que esta é uma afirmação simplista, visto que as representações mediáticas negativas de pessoas trans continuam a superar em número as positivas. Nomeadamente, estas representações negativas podem tornar os pais mais cautelosos, não aceitando que os filhos recebam cuidados e, consequentemente, os jovens trans deixam de se sentir apoiados. Uma solução que pode ser usada, seria dar mais oportunidades aos jovens trans de liderarem as suas representações das suas vidas nos conteúdos mediáticos. Sendo importante sublinhar que a cultura participativa online e as redes sociais tiveram impactos enormes nas comunidades de jovens trans e nas suas formas de comunicação, por exemplo, através da partilha de vlogs no YouTube ou do uso da plataforma Tumblr, estes criam comunidades onde respondem a representações de pessoas trans cultivadas por criadores cisgénero. O que seria importante no futuro, era, criadores mediáticos cisgéneros, estarem dispostos a colaborar com jovens trans, apoiando e caminhando ao lado deles, capacitando-os para assumirem o controlo da forma como são representadas as suas vidas nos media. Por outro lado, o que ainda tem falhado é ver-se atores trans a desempenhar uma diversidade de papéis para além das personagens trans. No caso da Keyla Brasil, e quando questionado o encenador Daniel Gorjão, conseguimos perceber uma ambivalência no discurso no Notícias ao Minuto (20/01/23), este reconhece o gesto político de ter escolhido um elenco “queer”, mas admite que a decisão de manter um ator cis no papel trans se deveu a “questões orçamentais”. Esta racionalização técnica evidencia como o discurso artístico pode ocultar a estrutura cisnormativa, em que as dificuldades de produção são usadas para justificar a exclusão trans. Além disso, a mesma notícia mostra a ambiguidade do discurso inclusivo: “Estou com a comunidade, sempre estive (...) a mudança faz-se mudando” (Notícias ao Minuto, 2023). Apesar do tom conciliador, o gesto surge após o protesto de Keyla, evidenciando que a ação direta foi o que produziu, de facto, a transformação simbólica. Certamente,

ter pelo menos uma personagem trans, representada por uma pessoa trans, em qualquer elenco de media é vital, mas, e se estes atores pudessem desempenhar qualquer número de papéis. Isto seria não apenas um passo no caminho da diversidade, mas também do reconhecimento de muitos futuros imaginados para jovens trans, alguns centrados na experiência trans, outros não.

2.3. Luta pela sobrevivência

Quando não abrimos as portas para as pessoas trans desempenharem mais papéis dentro dos media, estamos a contribuir para a luta pela sobrevivência que as pessoas trans enfrentam diariamente. Durante a minha análise temática houve afirmações que demonstravam perfeitamente este conceito da luta pela sobrevivência, nomeadamente “Luta pelo acesso ao trabalho e pela representatividade”; “Ver emprego e educação negada; “Ver a sua autodeterminação questionada e apagada”; “Ver o acesso à saúde elementar transfigurado em processos de normalização”, sendo mesmo usada a afirmação “Lutamos para sobreviver”. O estatuto marginalizado das pessoas trans a nível legal, burocrático e socioeconómico (Wilson et al., 2020) tem com consequência, pontos em comum com a situação de sem-abrigo, como a pobreza, a discriminação no emprego e na habitação, problemas de saúde física e mental, e o acesso precário aos cuidados médicos (England, 2021; Bachman & Gooch, 2018; Ecker et al., 2019; Kattari & Begun, 2017; Reck, 2009; Shelton, 2016; Spicer, 2010).

Em Portugal, as pessoas trans são confrontadas com obstáculos comuns a outras minorias sexuais e de género, nomeadamente estigma, discriminação, assédio e violência, são descritas frequentemente. Um outro obstáculo a valorizar são as microagressões, que constituem formas subtis de discriminação, intencionais ou não, e que podem ser verbais, comportamentais ou ambientais. Entre estas microagressões destacam-se, em relação à população trans, a expectativa de conformismo ao género de atribuição, negação de vivências de discriminação e *misgender*, que consiste no uso de linguagem, como nomes ou pronomes, que não corresponde ao género de identificação da pessoa (Chang & Chang, 2015). As pessoas trans apresentam um maior risco de problemas de saúde mental apresentando taxas elevadas de sintomas psicopatológicos, em particular ideação suicida. Apesar da investigação emergente, as vivências dos jovens trans continuam a serem sub-representadas, sendo também raros os estudos que contemplam a interseção de influências sociais numa perspetiva de curso de vida (Hines & Santos, 2017; Moleiro et al., 2022). A pertinência de estudos sobre a juventude trans é ainda reforçada pelas alterações sociais

registadas no contexto português, assim como pelo crescente número de jovens a assumir-se publicamente como trans (ILGA Portugal, 2020).

3. Violência

A violência é um fenómeno complexo e multifacetado conectado a diferentes dimensões da vida social, política e cultural. Estando presente nas relações interpessoais, nas instituições e nas estruturas de poder, manifestando-se tanto em ações físicas como em formas simbólicas. A Organização Mundial da Saúde (2002), define-a como o uso intencional de força física ou do poder usado contra si próprio, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, capaz de causar lesão, morte, dano psicológico ou privação. Esta definição evidencia que a violência não se limita ao ato visível, mas inclui também práticas e discursos que perpetuam desigualdades e exclusões. Analisar a violência implica, portanto, compreender as suas múltiplas expressões, desde a violência física e direta até à simbólica e estrutural, refletindo sobre as formas como é representada, legitimada ou combatida na sociedade contemporânea.

3.1. Protesto ou violência

Um tema que considero importante abordar é o uso de diferentes expressões para descrever o protesto da Keyla Brasil, no teatro São Luiz, como “protesto”, “invasão” e “violência”, expressões usadas por diversas notícias como forma de descrever o acontecimento. Em primeiro devemos definir o que significa a violência ou a agressão e o que significa um protesto pacífico. A “agressão é qualquer forma de comportamento que tenha como objetivo magoar ou ferir outro indivíduo que esteja motivado a evitar esse tratamento” (Baron & Richardson, 1994). Segunda a Organização Mundial da Saúde, 2002, existe uma diferença entre a agressividade e a violência. A agressividade caracteriza-se por ser inerente e vital à espécie, sendo filogeneticamente radicada na própria sobrevivência. Por outro lado, a violência é o “uso intencional da força física ou do poder, real ou sob a forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte, ou tenha a possibilidade de resultar, em lesão, morte, dano psicológico, compromisso do desenvolvimento ou privação” (Krug et al, 2002). Um protesto pacífico é uma forma de manifestação social que pretende expressar descontentamento ou reivindicar de maneira não violenta (Eliomar, 2024), caracterizado pela ausência de violência e pela procura de diálogo com as partes envolvidas, e para isso, os participantes utilizam faixas, cartazes e palavras-chaves que servem para transmitir as suas mensagens. Um dos objetivos na organização destes eventos é

que existam normas que garantem a segurança dos manifestantes e da ordem pública. Consequentemente, em Portugal, está definido na Constituição da República Portuguesa (1976), no artigo nº 37, liberdade de expressão e informação, “todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de serem informados, sem impedimentos nem discriminações.” e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) no artigo nº 19 “todo o ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

Butler (2020), relata um grande desafio em definir a diferença entre violência e não-violência, visto serem conceitos que estão intrinsecamente ligados. Um exemplo descrito no livro é o facto dos estados e instituições considerarem violentas as formas de oposição ou dissidência política, como as manifestações ou as greves que são classificados como sendo violentos mesmo quando não existem lutas físicas, nem violência sistémica. Butler afirma que “se uma manifestação em defesa da liberdade de expressão, uma manifestação que exerce essa própria liberdade, é chamada “violenta”, isso só pode acontecer porque o poder que abusa assim da linguagem procura garantir o seu próprio monopólio da violência”, isto é, quando as pessoas se manifestam para reivindicarem a sua liberdade de expressão, esta é condenada pelos que se sentem ameaçados em cargos de superioridade. Isto é evidenciado quando em diversas notícias é dado o destaque ao diretor da peça de teatro e ao ator cisgénero a definirem o protesto feito por Keyla como uma invasão, uma forma de violência. Butler refere ainda que “a não-violência não emerge necessariamente de uma parte pacífica ou calma da alma. Muito frequentemente é expressão de raiva, indignação e agressividade.”, e ainda “a não-violência é menos uma falha de ação do que uma afirmação física das reivindicações da vida, uma afirmação viva, uma reivindicação feita pela fala, pelo gesto e pela ação, através de redes de network e manifestações; todas estas práticas procuram recodificar o vivo como digno de valor, como potencialmente passível de luto, precisamente em condições nas quais é apagado da visibilidade ou lançado em formas irreversíveis de precariedade.”

O protesto de Keyla Brasil, no dia 19 de janeiro de 2023, com os seios à mostra, interrompeu o espetáculo para denunciar o facto de a personagem Lola estar a ser representada pelo ator cisgénero, André Patrício. Nesta interrupção Keyla declara “Transfake! Desce do palco! Tenha respeito por este lugar!”, em conjunto com outras pessoas que faziam parte desta intervenção, levaram cartazes

com as palavras “transfake” espalhadas no espaço do Teatro São Luiz. Neste protesto a travesti queria destacar o tema em cena explicando que consistia no apagamento e assassinato das identidades travesti e por isso não passava só de uma representação, mas da sua própria existência. Destacou ainda que o facto de ser dado estes papéis a atores cis, estão a contribuir para a falta de oportunidade de trabalho e obrigando as pessoas trans a se prostituírem nas ruas e parques. Nos diferentes jornais, foram descritas diferentes perspetivas, no Público (2023) o evento foi descrito como um “protesto trans que interrompeu a peça e fez mudar o elenco”, salientando, Dusty Whistles que a ação foi pela “perda de acesso ao mercado de trabalho e o silenciamento de vozes trans”. Já Daniel Gorjão considerou “violenta” a forma do protesto, embora dissesse compreender a causa. De modo semelhante, o Notícias ao Minuto (2023) relatou que o diretor reconheceu o gesto “como ato político”, mas declarou que “discorda da forma violenta como fazem esta luta”. Concluindo, o protesto pode ser interpretado a partir desta perspetiva, não sendo apenas um ato de mera agressividade ou censura, mas sim um gesto performativo de afirmação da vida trans em condições de invisibilização e precariedade produzidas pela cisnormatividade e reforçadas pelas dinâmicas de transnormatividade no campo artístico. O corpo da Keyla, irrompendo no palco, corporiza precisamente esta recodificação do vivo como digno de valor, reclamando o reconhecimento das vidas trans como representáveis. Assim, o ato, frequentemente lido como “violento” ou “excessivo”, adquire sentido como prática não-violenta no sentido butleriano, uma interrupção insurgente que denuncia o apagamento e reivindica novas possibilidades de visibilidade e dignidade para corpos trans.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo compreender se a transnormatividade é um tópico ainda atual e como os media portugueses retrataram o protesto da Keyla Brasil e de que forma reforçam ou desafiam a transnormatividade. Deste modo, foram analisadas um conjunto de notícias de diversos jornais portugueses sobre o caso da Keyla Brasil no teatro São Luiz, de modo, a percebermos como os media interpretam este protesto. As notícias foram analisadas segundo o método de análise temática (Braun & Clarke, 2022), conseguindo identificar três temas e oito

subtemas. Portanto, nesta secção, será apresentada a discussão entre a análise e a revisão da literatura existente.

Um dos resultados que podemos analisar é a representatividade das pessoas trans nos meios mediáticos, desde séries, filmes, teatro e entre outros. Na revisão da literatura, podemos concluir que nos últimos anos tem havido um aumento da representação da comunidade nos media, desde a existência de novas personagens trans em séries, como em *Euphoria*, ou personagens mediáticas, como celebridades, Caitlyn Jenner. Apesar deste aumento, continuam a ser representadas com falhas, como, por exemplo, a interpretação feita por autores cisgénero, ou autores que se encaixam nos rótulos da transnormatividade. Na análise temática chegamos a duas conclusões, que achamos relevantes. Em primeiro que apesar de haver um aumento da representação da comunidade trans, continua a ser sub-representada e com problemas nesta representação. Estes problemas levam à maior estigmatização das pessoas trans, ao termos a representação de pessoas que se encaixam numa normatividade, desde a mudança corporal ou a consumo de hormonas, que tendem a ser a maior narrativa nos meios mediáticos. Isto é denominado por “transfake”, tema abordado em profundidade na análise temática, visto que é a representação “falsa” de pessoas trans por atores cis. Por outro lado, também chegamos a outro resultado, que demonstra que existem raros papéis trans em produções artísticas e, portanto, se quiséssemos ser fiéis à identificação do género com o papel que representam, os atores/atoras trans iriam ficar limitados em termos das oportunidades que poderiam ter na sua carreira. Para além de que se retirarmos todos os atores cis dos seus papéis de representação trans, também podemos cair na censura. Assim, a conclusão final a que chegamos, é que seria mais produtivo se houvesse uma cooperação das pessoas cis e trans em todos os papéis dos meios artístico, porque, assim mesmo que tínhamos um ator cis a representar uma personagem trans, e tenhamos um diretor trans, por exemplo, a representação tenderá a ser menos estereotipada e menos transnormativa.

Na revisão da literatura quando nos referimos à história da transexualidade em Portugal conseguimos perceber que muitas mudanças políticas e legislativas foram feitas devido a manifestações tanto dos cidadãos como de conjuntos de pessoas com associações pertencentes à comunidade LGBTQIA+ e mais à frente da própria comunidade trans. Alguns dos exemplos que referi em cima, foram a Associação de Estudo de Defesa do Direito à Identidade de Género, que conseguiram o aparecimento de mais mulheres trans nos media; a campanha #DireitoASer, feita pela Secretária de Estado e Cidadania e Igualdade com um foco nas pessoas trans e intersexo, e

entre outros que permitiram os direitos que estão, atualmente, legislados. Podemos então comparar ao caso da Keyla Brasil que usou o seu corpo como uma forma de contestação ao sistema presente atualmente. Com isto, a atriz trans, quis que as pessoas se questionassem sobre quem pode interpretar quem no teatro, “será que um ator cis pode representar uma mulher trans?”, esta é uma das muitas questões que Keyla quis colocar em cima da mesa ao fazer este ato político de contestação. Assim como foi possível analisarmos os jornais retrataram isto de duas formas diferentes e opostas. Por um lado, sendo uma forma violenta e agressiva de interromper uma obra de arte. Por outro lado, alguns acreditam que fosse a única forma possível de esta puder afirmar a sua presença e chamar a atenção para a invisibilidade estrutural.

Outro tema que deve ser discutido é a referência da luta pela sobrevivência tanto pela Keyla Brasil no seu protesto como na revisão da literatura, sendo possível perceber a importância deste tema dentro da comunidade trans. Na revisão da literatura conseguimos perceber que a comunidade trans, apesar de ter mais direitos continua a ter muitos obstáculos no que toca à saúde mental e também à saúde física e à qualidade de vida. Um desses obstáculos passa pelas disparidades económicas e sociais que esta comunidade sofre, causando problemas como pensamento suicidas e diversos problemas mentais como depressão, ansiedade, PTSD, e entre outros. Para além disso também existem barreiras criadas quanto ao cuidado de saúde que incluem o medo da estigmatização, recusa de cuidados e a discriminação em instituições de saúde, tal como referi na revisão da literatura. Atualmente, ainda com o diagnóstico de disforia de género com o DSM ajuda a aumentar a patologização destas pessoas, visto que precisam de ter algum problema do foro psicológico com o corpo que apresentam atualmente e como uma patologia somática diagnosticável. Na análise temática um dos subtemas foi precisamente a *luta pela sobrevivência*, visto ser um dos motivos pelo qual Keyla Brasil protestou no palco do teatro. Isto porque e tal como foi referido na análise temática, quando se fecham as portas às pessoas trans no mundo da representação estamos a aliená-las e a contribuir pela luta ao acesso ao trabalho que estas pessoas passam diariamente. As pessoas trans, tal como foi referido na análise da literatura, devido a estigmatização que vivenciam acabam por terem pontos em comum com a situação de sem abrigo, desde a pobreza, como a discriminação ao emprego e habitação e o acesso precário aos cuidados médicos.

Outro resultado que acho relevante discutir é a interferência dos diferentes partidos no apoio ou contestação do protesto realizado por Keyla Brasil. Em diversos jornais de notícias é relatado a

forma como os diferentes partidos se posicionaram quanto a este assunto. Em específico na notícia “CML refuta críticas à peça do Teatro São Luiz: “A acusação de transfobia ou discriminação é injusta””, no Expresso, é descrito como foi aprovado um voto de solidariedade para com os profissionais do teatro. Neste voto estiveram presentes 17 membros da câmara e vemos uma divisão clássica entre os partidos políticos de esquerda e da direita, com o BE e o Livre a votaram contra este voto e os setes partidos da coligação “Novos Tempos” que incluem o PSD/CDS-PP/MPT/PMM/Aliança a votaram com parecer favorável. No caso do BE a vereadora, Beatriz Gomes Dias, manifestou um voto de solidariedade com as pessoas trans, tocando em tópicos discutidos na revisão da literatura, tal como, a exclusão sentida, a violência e a falta de oportunidades no mercado de trabalho. Por outro lado, pelos vereadores da coligação é mostrada a solidariedade “aos profissionais do teatro, (...) reconhecendo-lhes a liberdade de criação artística, a liberdade de escolha e de acesso à profissão, o direito ao trabalho, e com o público, que tem direito à fruição cultural”.

Se voltarmos à revisão da literatura, vemos que “a ligação das associações da comunidade LGBTQIA+ com partidos políticos, principalmente os de esquerda (...) permitiu que existisse a primeira lei portuguesa em respeito ao reconhecimento legal da identidade de género”. Portanto, o que podemos concluir é que graças à ajuda dos partidos políticos de esquerda, houve uma grande evolução das legislações que temos atualmente em vigor.

Estudos futuros

Durante a realização da minha dissertação e através da análise crítica que fiz durante este percurso, acredito que seria positivo em estudos futuros reforçarmos certos resultados da análise aqui realizada, com o uso de outros métodos. Em primeiro, o uso de mais casos que sejam representados nos medias como o caso da Keyla Brasil, de modo, a que não seja só usado um caso em particular. Neste caso apesar de ser um caso rico em conhecimentos, significados e paradigmático, poderá ser limitativo na transferibilidade para outros contextos culturais ou diferentes modos de ativismo trans em Portugal. Isto também porque as experiências da comunidade trans não são todas iguais, logo ao usarmos só um caso e ao falarmos sobre certos

coletivos em específico como o Monart poderá não permitir capturar todas as pluralidades de posições que existam dentro da própria comunidade, e não captando as divergências internas.

Outro ponto que deverá ser referido foi a limitação na quantidade de notícias que conseguimos analisar, isto porque muitos jornais não se focaram de uma forma profunda no caso, outros apesar de se focarem, eram mais difíceis de se aceder, e ainda a repetição de muitas notícias em diversos jornais. Isto significa que muito jornais tinham redações noticiarias tão semelhantes que não era possível se retirar informação suficiente para obtermos outro tipo de análises. Por outro lado, como a investigação foi mais centrada em discursos públicos, desde artigos de opinião, entrevistas e cobertura mediática, não houve um trabalho mais empírico, no sentido de entrevistas com pessoas trans, com o público ou produtores culturais, o que pode deixar de fora dimensões psicossociais mais íntimas como experiências subjetivas de exclusão.

Por último gostava de referir que o tema da transnormatividade ainda é um tema muito recente e com ainda pouca investigação atualmente em Portugal, e ao mesmo tempo em constante evolução, e, portanto, novos episódios mediáticos ligados ao tema transfake e desenvolvimentos legislativos então em constante alteração, o que poderão alterar a atualidade das conclusões desta dissertação.

Conclusão

A presente investigação permitiu compreender de que forma os media portugueses enquadraram o protesto de Keyla Brasil e de que modo estas narrativas reforçam ou desafiam a transnormatividade e as normas cisheteronormativas. A partir da análise temática, verificou-se que o caso estudado transcende um simples ato de contestação artística, configurando-se como uma performance política que denuncia o apagamento das identidades trans e questiona quem tem legitimidade para representar determinadas experiências no espaço público. A cobertura mediática revelou discursos ambíguos, por um lado, algumas narrativas classificaram a ação de Keyla como violenta ou irracional, enquanto outras reconheceram nela uma expressão legítima de resistência e de afirmação da presença travesti num campo historicamente excludente. Esta dualidade evidencia as tensões entre a visibilidade e a estigmatização, mostrando como o discurso jornalístico continua a reproduzir hierarquias de legitimidade baseadas em normas de género dominantes. Assim, o

estudo contribui para uma reflexão crítica sobre o papel dos media e da arte na produção de sentidos sobre o género e a cidadania. Demonstra que o teatro, tal como outros espaços artísticos, pode ser simultaneamente um lugar de emancipação e de exclusão, dependendo das vozes que nele se fazem ouvir. Reconhecer a centralidade das pessoas trans na criação cultural implica não apenas ampliar representações, mas também repensar estruturas de poder que regulam quem é visto, ouvido e validado. Em suma, este trabalho reforça a importância de práticas mediáticas e artísticas inclusivas que valorizem a diversidade e promovam justiça social, abrindo caminho para futuros estudos que aprofundem o diálogo entre psicologia, arte e ativismo trans no contexto português.

Referências Bibliográficas:

- Agualusa, J. E. (2023, janeiro 28). *O Tolstói dos zulus*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/cultura/jose-eduardo-agualusa/noticia/2023/01/o-tolstoi-dos-zulus.ghtml>
- Amato, G. (2023, janeiro 26). *Atriz trans brasileira invade palco de teatro, sofre ameaça e deixa Lisboa*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/01/atriz-trans-brasileira-invade-palco-de-teatro-sofre-ameaca-e-deixa-lisboa.ghtml>
- Amato, G. (2023, janeiro 28). *Depois de protesto em Lisboa, Keyla Brasil vira símbolo da luta das travestis em Portugal: “Quero existir todos os dias.”* O Globo. <https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/noticia/2023/01/depois-de-protesto-em-lisboa-keyla-brasil-vira-simbolo-da-luta-das-travestis-em-portugal-quero-existir-todos-os-dias.ghtml>
- Amato, G. (2023c, January 30). *Travesti brasileira trocava sempre de chip e usava wi-fi de bar antes de desaparecer em Portugal*. O Globo. <https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/01/travesti-brasileira-trocava-sempre-de-chip-e-usava-wi-fi-de-bar-antes-de-desaparecer-em-portugal.ghtml>
- Antunes, A. F., & Lusa, A. (2023, January 20). *Atriz e prostituta travesti interrompe peça “Tudo Sobre a Minha Mãe” em protesto pela inclusão trans*. Observador. <https://observador.pt/2023/01/20/atriz-e-prostituta-travesti-interrompe-peca-tudo-sobre-a-minha-mae-em-protesto-pela-inclusao-trans/>
- Anzani, A., Biella, M., Scandurra, C., & Prunas, A. (2022). Desire for Genital Surgery in Trans Masculine Individuals: The role of Internalized Transphobia, Transnormativity and Trans Positive Identity. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(8916), 8916. <https://doi.org/10.3390/ijerph19158916>
- Bento, D. F. (2023, January 31). *Keyla Brasil: quando lutamos para sobreviver, o nosso grito tem de ir mais longe e mais forte*. Expresso. <https://expresso.pt/opiniao/2023-01-31-Keyla-Brasil-quando-lutamos-para-sobreviver-o-nosso-grito-tem-de-ir-mais-longo-e-mais-forte-6ae8c1bb>
- Bockting, W. O., Miner, M. H., Swinburne Romine, R. E., Hamilton, A., & Coleman, E. (2013). Stigma, Mental Health, and Resilience in an Online Sample of the US Transgender

- Population. *American Journal of Public Health*, 103(5), 943–951.
<https://doi.org/10.2105/AJPH.2013.301241>
- Braun, V., & Clarke, V. (2022). *Thematic Analysis: a Practical Guide*. SAGE.
 - Bushman, B. J. (2020). *Stop Calling Protestors “Violent.”* Psychology Today.
https://www.psychologytoday.com/us/blog/get-psyched/202006/stop-calling-protestors-violent?utm_source
 - Butler, J. (2020). *The Force of Nonviolence: An Ethico-Political Bind*. Verso Books.
<https://lccn.loc.gov/2019038460>
 - Cannerstad, K. (2021). *Transmedicalism*.
 - Oliveira, J. M. (2024). Enquadrando a “violência” trans: Keyla Brasil no Teatro S. Luiz, Lisboa. *Urdimento*, 3(52), 1–23. <https://doi.org/10.5965/1414573103522024e0202>
 - Conceição, M. (2022). “*Sinto que estou a viver a autenticidade do meu ser*”: *Trajetórias de desenvolvimento da identidade de género de jovens trans* [Dissertação].
 - Davy, Z., & Toze, M. (2018). What Is Gender Dysphoria? A Critical Systematic Narrative Review. *Transgender Health*, 3(1), 159–169. <https://doi.org/10.1089/trgh.2018.0014>
 - de Oliveira, J. M., Costa, C. G., & Nogueira, C. (2013). The Workings of Homonormativity: Lesbian, Gay, Bisexual, and Queer Discourses on Discrimination and Public Displays of Affections in Portugal. *Journal of Homosexuality*, 60(10), 1475–1493.
<https://doi.org/10.1080/00918369.2013.819221>
 - *Direito de Manifestação: protege os teus direitos - Amnistia Internacional Portugal*. (2025, February 17). Amnistia Internacional Portugal. <https://www.amnistia.pt/protege-os-teus-direitos/>
 - England, E. (2025). “Homelessness is a queer experience.”: utopianism and mutual aid as survival strategies for homeless trans people. *Housing Studies*, 40(7), 1545–1562.
<https://doi.org/10.1080/02673037.2022.2108381>
 - Expresso. (2023, January 21). *Atriz trans Maria João Vaz substitui André Patrício em “Tudo Sobre a Minha Mãe”, após protesto contra “transfake.”* Expresso.
<https://expresso.pt/cultura/2023-01-21-Atriz-trans-Maria-Joao-Vaz-substitui-Andre-Patricio-em-Tudo-Sobre-a-Minha-Mae-apos-protesto-contr-transfake-7c225546>

- Favero, S. R., & Maracci, J. G. (2018). Transfake e a busca pela verdade na representação de travestis e pessoas trans. *Revista Brasileira de Estudos Da Homocultura*, 1(4), 18–39. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.4.9186>
- Fernandes, J. C. (2023, November 18). *Entre estátuas, palcos e penteados: O wokismo em Portugal*. Observador. <https://observador.pt/especiais/entre-estatuas-palcos-e-penteados-o-wokismo-em-portugal/>
- Ferreira, B., & Santos, C. D. (2023, January 29). *Keyla Brasil, atriz trans que interrompeu peça no São Luiz, foi encontrada “e já está em segurança.”* Observador. <https://observador.pt/2023/01/29/keyla-brasil-atriz-trans-que-interrompeu-peco-no-sao-luiz-esta-desaparecida-ha-mais-de-48-horas/>
- Fielding, D. M. (2020). Queernormativity: Norms, values, and practices in social justice fandom. *Sexualities*, 23(7), 136346071988402. <https://doi.org/10.1177/1363460719884021>
- Gil, S. M. (2023). Woke culture and the history of America: From colonisation to depersonalisation. *Church, Communication and Culture*, 8(1), 18–42. Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1080/23753234.2023.2174890>
- Goehr, L. (2009). Art and Politics. *The Oxford Handbook of Aesthetics*. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199279456.003.0027>
- Jackson, R. (2021). "Chapter 143 Transnormativity". In *Encyclopedia of Queer Studies in Education*. Leiden, The Netherlands: Brill. https://doi.org/10.1163/9789004506725_143
- Johnson, A. H. (2016). Transnormativity: A New Concept and Its Validation through Documentary Film About Transgender Men. *Sociological Inquiry*, 86(4), 465–491. <https://doi.org/10.1111/soin.12127>
- Kichler, R. (2022). “What Has Kept Me Alive”: Transgender Communities and Support. *Journal of Homosexuality*, 69(14), 2463–2482. <https://doi.org/10.1080/00918369.2021.1943277>
- Konnelly, L. (2021). Both, and: Transmedicalism and resistance in non-binary narratives of gender-affirming care. *Toronto Working Papers in Linguistics*, 43(1). <https://doi.org/10.33137/twpl.v43i1.35968>

- Lasio, D., Serri, F., Ibba, I., & Manuel De Oliveira, J. (2018). Hegemony and Heteronormativity: Homonormative Discourses of LGBTQ Activists About Lesbian and Gay Parenting. *Journal of Homosexuality*, 66(8), 1–24. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1493252>
- LaValley, M. (2021). *From Transnormativity to Self-Authenticity: Shifting Away from a Dysphoria Centric Paradigm for Transgender Identity* [Dissertacion].
- Lima, E. D. (2024). *O que é protesto pacífico*. Blog Do Eliomar. <https://blogdoeliomar.com/glossario/o-que-e-protesto-pacifico-como-manifestacao-social/>
- Lusa. (2023a, January 20). “Transfake”. *São Luiz substitui ator depois de críticas de ativista trans*. Notícias Ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/cultura/2159724/transfake-sao-luiz-substitui-ator-depois-de-criticas-de-ativista-trans>
- Lusa. (2023a, January 25). *Câmara de Lisboa recusa transfobia ou discriminação em peça de teatro*. Notícias Ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/cultura/2168341/camara-de-lisboa-recusa-transfobia-ou-discriminacao-em-peca-de-teatro>
- Lusa, A. (2023, January 25). *CML refuta críticas à peça do Teatro São Luiz: “A acusação de transfobia ou discriminação é injusta.”* Expresso. <https://expresso.pt/sociedade/2023-01-25-CML-refuta-criticas-a-peca-do-Teatro-Sao-Luiz-A-acusacao-de-transfobia-ou-discriminacao-e-injusta-ce277b01>
- Lusa, A. (2023d, January 26). *Câmara de Lisboa recusa transfobia ou discriminação na peça “Tudo Sobre a Minha Mãe.”* Observador. <https://observador.pt/2023/01/26/camara-de-lisboa-recusa-transfobia-ou-discriminacao-na-peca-tudo-sobre-a-minha-mae/>
- Lindley, L., & Galupo, M. P. (2020). Gender dysphoria and minority stress: Support for inclusion of gender dysphoria as a proximal stressor. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 7(3), 265–275. <https://doi.org/10.1037/sgd0000439>
- Madigan, T. (2023). Inverted Totems: On the Significance of “Woke” in the Culture Wars. *Religions*, 14(11), 1337. <https://doi.org/10.3390/rel14111337>
- McIntosh, D. M. D. (2023). Homonormativity. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.1316>

- Mocarski, R., King, R., Butler, S., Holt, N. R., Huit, T. Z., Hope, D. A., Meye, H. M., & Woodruff, N. (2019). The Rise of Transgender and Gender Diverse Representation in the Media: Impacts on the Population. *Communication, Culture and Critique*, 12(3). <https://doi.org/10.1093/ccc/tcz031>
- Moreira, J. (2023, June 16). *Marco Martins: “Temos aqui mulheres com 70 anos e uma vida de trabalho que vivem em quartos na periferia de Lisboa. Isso não é razoável.”* Observador. <https://observador.pt/especiais/marco-martins-temos-aqui-mulheres-com-70-anos-e-uma-vida-de-trabalho-que-vivem-em-quartos-na-periferia-de-lisboa-isso-nao-e-razoavel/>
- Moreira, J., & Amorim, F. (2023, August 29). *Miguel Loureiro, novo diretor do São Luiz: “O teatro devia ser um sítio de festa, de vinho, de rosas e de poesia.”* Observador. <https://observador.pt/especiais/miguel-loureiro-novo-diretor-do-sao-luiz-o-teatro-devia-ser-um-sitio-de-festa-de-vinho-de-rosas-e-de-poesia/>
- Murawsky, S. (2023). The struggle with transnormativity: Non-binary identity work, embodiment desires, and experience with gender dysphoria. *Social Science & Medicine*, 327, 115953. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2023.115953>
- O globo. (2023,). *Entenda caso de atriz trans brasileira que desapareceu em Portugal após protestar contra falta de representatividade no teatro.* O Globo. <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/entenda-caso-de-atriz-trans-brasileira-que-desapareceu-em-portugal-apos-protestar-contr-falta-de-representatividade-no-teatro.ghtml>
- Oliveira, J. M. de. (2013). Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de “consolação.” *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 68–78. <https://doi.org/10.1590/s0102-71822013000100009>
- Patrício, A. (2023, January 22). “Transfake”. *Ator substituído quebra silêncio: “Senti-me violentado.”* Notícias Ao Minuto. <https://www.noticiasao minuto.com/fama/2162069/transfake-ator-substituido-quebra-silencio-senti-me-violentado>
- Perdigão, A., Meneze, B., Almeida, C., Machado, D., Silva, M. C. da, & Prazeres, V. (2014). *VIOLÊNCIA INTERPESSOAL ABORDAGEM, DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO*

NOS SERVIÇOS DE SAÚDE 2ª EDIÇÃO | 2016. <https://platform.who.int/docs/default-source/mca-documents/policy-documents/guideline/PRT-GBV-19-04-GUIDELINE-2017-prt-Referencial-Tecnico-Violencia-Interpessoal-Abordagem-Diagnostico-e-Intervencao-nos-Servicos-de-Saude.pdf>

- Ribeiro, C. (2023). *Vivências não binárias e o acesso a uma existência digna: As respostas do Direito Português em perspetiva comparada* [Dissertação].
- Riggs, D. W., & McIntyre, J. (2022). Trans young people and the media: Transnormativity, agency, and social change. *Journal of Children and Media*, 16(3), 461–467. <https://doi.org/10.1080/17482798.2022.2088929>
- Rodrigues, L., Pinho, A. R., Nuno Santos Carneiro, & Nogueira, C. (2023). Trans(gender) journeys: rights and the (non-)recognition of “human.” *Frontiers in Sociology*, 8. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2023.1172471>
- Saleiro, S. P. (2022). (Trans)gender recognition in Portugal: From a “void” to the right to gender self-determination. *Portugese Journal of Social Sciences*, 20(3), 153–170. https://doi.org/10.1386/pjss_00039_1
- Schilt, K., & Westbrook, L. (2009). Doing Gender, Doing Heteronormativity. *Gender & Society*, 23(4), 440–464.
- Shaheed, J., Cooper, S. M., McBride, M., & Burnett, M. (2022). Intersectional Activism Among Black Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer or Questioning Young Adults: The Roles of Intragroup Marginalization, Identity, and Community. *Journal of Black Psychology*, 48(3-4). <https://doi.org/10.1177/00957984211069058>
- Simón, I. V., Soriano, J. J. S., & Ventura, R. (2024). “If you don’t ‘pass’ as cis, you don’t exist”. The trans audience’s reproofs of “Cis Gaze” and transnormativity in TV series. *European Journal of Communication*, 39(1), 22–36. Sage. <https://doi.org/10.1177/02673231231163704>
- Teixeira, T. (2016). *ENTRE O HUMANO E A NORMATIVIDADE: UMA ANALÍTICA QUEER EM TORNO DO (NÃO-) BINARISMO DE GÉNERO* [Dissertação].
- TOMOIAGĂ, L. (2022). WOKE-ISM AND ITS ROLE IN CANCELLING CULTURE. BULETIN ȘTIINȚIFIC, FASCICULA FILOLOGIE, XXXI.

- Vasconcello, E. (2023, janeiro 2023). *Fake, o paradoxo da chaladice*. Observador. <https://observador.pt/opiniao/fake-o-paradoxo-da-chaladice/>
- Vipond, E. (2015). Resisting Transnormativity: challenging the medicalization and regulation of trans bodies. *Theory in Action*, 8(2), 21–44. <https://doi.org/10.3798/tia.1937-0237.15008>

2. Síntese das notícias do jornal Notícias ao Minuto:

Síntese dos textos publicados no jornal Notícias ao Minuto

Título	Data	Tipo de texto	Autor e filiação institucional	Resumo	Enquadramento principal
Câmara de Lisboa recusa transfobia ou discriminação em peça de teatro.	25/01/2023	Notícia	Lusa	Notícia relata que a Câmara de Lisboa aprovou o voto de solidariedade para com os profissionais do teatro e recusa a acusação de transfobia ou discriminação. Afirmando que "essa liberdade (de manifestação) não pode pôr em causa a liberdade de criação artística, a liberdade de escolha e de acesso à profissão, o direito ao trabalho e o direito à fruição cultural. É apresentado ainda a decisão dos votos, sendo que houve três votos contra do BE, Livre. Sete abstenções, quatro do PS, duas do PCP... E por último sete votos favoráveis da coligação "Novos Tempos" PSD CDS-PP/MPT/PPM/Aliança. A vereadora do BE manifestou a sua solidariedade com as pessoas trans. A vereadora do PS disse que o tema "é um pouco complexo". A do PCP refere que existe um problema que não pode ser ignorado que é a falta de investimento na cultura e a falta de acesso de todas e todos os trabalhadores artísticos ao trabalho". Por último a câmara refuta qualquer gesto discriminatório, "lamenta o ato intempestivo de interrupção da representação".	Notícia meramente informativa sobre os votos dos diferentes partidos sobre o protesto.
"Transfobia". São Luiz substitui ator depois de críticas de ativista trans.	20/01/2023	Notícia	Lusa	A notícia fala que uma atriz trans, Maria João Vaz irá substituir o ator cis André Patricio na peça de teatro após o protesto de Keyla Brasil.	Texto que relata o ponto de vista do encenador e diretor criativo da peça de teatro, Daniel Gorrão.

				No protesto Keyla repetiu várias vezes a palavra "transfobia", interrompendo o espetáculo e obrigando o fecho do pano da boca de cena. Neste dia encontravam-se mais ativistas trans na plateia de apoio à Keyla Brasil, com cartazes com imagens e textos. Daniel Gorrão, diretor da peça sobre o texto do dramaturgo Samuel Adamson, que transpõe para teatro o argumento do premiado filme de Almodóvar, estreado há quase 23 anos, responde as críticas que lhe foram feitas. Dizendo que "como já assumi, tentei fazer um gesto de representatividade que não foi bem acolhido pela comunidade trans". Mostra-se solidário com a luta da comunidade trans, no entanto refere que discorda da forma "violenta" como fazem esta luta. Depois de mudar os atores na peça diz: "Estou com a comunidade, sempre estive", "a mudança faz-se mudando". Daniel Gorrão admitiu, anteriormente que a escolha de pessoas "querer" para o elenco "foi um ato político". Na altura, Daniel Gorrão já tinha dito que gostaria que o papel de Lola também fosse interpretado por uma mulher trans, o que "em termos de produção não foi possível", numa referência a questões orçamentais. Agora sublinha que, "se há possibilidade de o fazer, pois então vamos fazê-lo", porque também é "nossa obrigação dar corpo e voz a outros corpos", uma constante no trabalho realizado tanto no Teatro do Vão como no de programador.	
--	--	--	--	---	--

"Transfobia". Ator substituído quebra silêncio: "Senti-me violentado.	22/01/2023	Opinião	André Patricio	O ator André Patricio escreve na sua página de Instagram, onde começa por agradecer aos seus seguidores. Revela que "não sei da peça, (...) Porque faço mais 3 personagens (a situação teria sido bem diferente se eu tivesse ficado desempregado). Quanto à sua opinião sobre o protesto da Keyla Brasil, começa por afirmar que "Concordo que uma minoria, apredida e maltratada, assasinada até, deve ser ajudada e apoiada pela sociedade. Sou totalmente a favor da igualdade de oportunidades, de direitos e da inclusão. Seja no trabalho em geral, não só nas artes, seja na sociedade. Não sou a favor da violência nem da invasão de palco". No entanto, diz também que "Senti-me violentado e castrado na minha arte, no meu trabalho. Também nós, trabalhadores da cultura (cis ou trans), somos uma minoria. Não temos as devidas e igualitárias condições de trabalho na nossa área. E lutamos para sobreviver. A forma escolhida de protesto não foi a adequada porque me desrespeita e ao meu empenho enquanto profissional. Que é exatamente o direito pelo qual lutam. Por mais oportunidades e respeito. Fazer-se ouvir é um direito, rasgar é uma agressão". Acaba o seu texto dizendo que "Desejo que amanhã seja um dia melhor para a comunidade Trans e que usem esta visibilidade e exposição da forma mais inteligente e sensata".	Texto de opinião, maioritariamente, negativa por parte do ator André Patricio.
Nuno Markl lamenta comentários maldosos	30/01/2023	Opinião	Nuno Markl	"Eu não sou o maior fi do mundo de invasões de palco, sobretudo porque acho que as pessoas em	

sobre atriz trans desaparecida				palco estilo apenas a levar a cabo um trabalho para que foram contratadas e no qual investiram no duro. Mas acho que não se perde nada - pelo contrário, só se ganha - se o acontecimento servir para refletir sobre a situação destas pessoas e tentar perceber porque é que Keyla Brasil explodiu daquela maneira", começou por declarar o radialista. "Dito isto, eis onde estamos: ela está desaparecida desde sexta-feira (depois de ter recebido ameaças de morte e mandado duas mensagens de texto a amigos com pedidos de socorro) e do pouco que vi de comentários a estas notícias - e não vi mais para preservar a minha sanidade e higiene mentais - a preocupação com o desaparecimento da Keyla Brasil é inversamente proporcional à ira provocada pela sua interrupção de uma peça. Pelo contrário, já vi uns quantos 'bem-feita' e uns quantos 'estava a pedir-las', o que, em si mesmo, e juntamente com toda a história de violência para com pessoas transsexuais talvez explique porque é que uma delas se passou, a semana passada, num teatro", continua.	
--------------------------------	--	--	--	---	--

3. Síntese das notícias do jornal Observador:

Síntese dos textos publicados no jornal Observador				
Título	Data	Tipo de texto	Assunto e filiação autocrítica	Enquadramento principal
Kejia Brasil, atriz trans que interrompeu peça no São Luiz, foi encontrada "à já está em segurança". https://observador.pt/2023/01/20/kejia-brasil-atriz-trans-que-intrompeu-peca-no-sao-luiz-esta-desaparecida-ha-mais-de-48-horas/	20/01/2023	Notícia	Beatrix Ferreira - jornalista Carlos Diogo Santos - editor de sociedade e	A notícia foca-se no desaparecimento e apelo de Kejia Brasil segundo desta ter interrompido uma peça de teatro, em Lisboa. Falando de uma forma muito resumida sobre o acontecimento no teatro.
Atre e prostituta travesti interrompeu peça "Tudo Sobre a Minha Mãe" em protesto pela inclusão trans. https://observador.pt/2023/01/20/atre-e-prostituta-travesti-intrompeu-peca-tudo-sobre-a-minha-mae-em-protesto-pela-inclusao-trans/	20/01/2023	Notícia	André Felipe Antunes - jornalista	Notícia imparcial que relata os eventos da noite e os protestos de Kejia Brasil.

				impõem-se às lógicas artísticas. Orjia de Madetos (a única atriz trans da peça) refere que "Quero que vocês entendam com generosidade, de coração. A liberdade de uma não será a liberdade de todos. Eu sou apenas um começo. Isto aqui não está como deveria estar. Mas acho que hoje este ato da Kejia Brasil, uma atriz que está na prostituição, deve entrar na história de Portugal, para que se venha a importância destes corpos ocuparem estes espaços para contarem as suas histórias. Isto não é contra o ator e o diretor. Isto é contra uma dominância histórica, que excluem a fazer há muitos anos". Depois deste protesto, foi tocado o ator cin, André Perrico, por uma atriz trans Maria João "Vaz para interpretar Lúcia, e personagens trans da peça "Tudo Sobre a Minha Mãe" (Daniel Daniel Gorgão, "Foi isto que aconteceu. Nem tudo sempre é apenas uma questão de vontade. Como eu já tinha explicado, existem sempre condicionantes na criação de um espetáculo", lembra Daniel Gorgão à Lusa, lamentando os acontecimentos e sublinhando "nunca ter sido a liberdade de falar quem quer que seja". "E o meu trabalho também pode falar por mim nestes momentos", concluiu.
Câmara de Lisboa recusa transição ou discriminação na peça "Tudo Sobre a Minha Mãe" https://observador.pt/2023/01/20/camara-de-lisboa-recusa-transicao-ou-discriminacao/	24/01/2023	Notícia	Aplicia Lusa	Notícia com um ponto de vista mais focado, no facto, dos criadores da peça de teatro terem considerado

Na peça tudo sobre a minha mãe					partidos (B.E. Livre e vereador Paula Marques) contra esse voto, defendendo as pessoas trans, colocando pessoas trans como personagens e, portanto, desvalorizantes de a manifestação da Kejia Brasil.
Miguel Loureiro, novo diretor do São Luiz: "O teatro devia ser um título de festa, de vinho, de rosas e de poesia"	29/08/2023	Notícia	Joana Moreira - jornalista Filipe Amorim - fotógrafo		Entrevista realizada ao novo diretor do teatro São Luiz, Miguel Loureiro, em que é questionado sobre o acontecimento da Kejia Brasil na peça de teatro. Ele responde que está "invalável" poderia ter sido feita de forma mais criativa e que não concorda com o facto do encenador ter tocado o ator ciganos por uma atriz trans, afirmando "que a própria condição de ator também fragil, com a questão do transsexual".
Fale, o parador da chafariz	27/01/2023	Opinião	Eugénia de Vasconcelos		Eugénia começa o seu artigo de opinião dizendo que "O São Luiz foi sempre uma maquina teatral". No seu texto refere que Kejia Brasil, atriz, travesti, atriz, prostituta, humilha e responsabilizou o ator André Patrício ao levá-lo ao palco, pelo seu desempenho e prostituição. Refere que o ator ainda é ter mencionado uma atriz, Maria João 'Vaz, mulher transgênero, ao atribuí-la um papel não por ser atriz mas por ser trans.

					que entrou lá diz que "apagaram-me e condeno qualquer acto de violência e discriminação ou alienação de direitos do homem e da mulher transgênero. E defenderei sempre a luta política pela igualdade de direitos. Daria ou de outra minoria. Mas o que aconteceu é de outra natureza. A violência, a discriminação e a alienação de direitos recuam, principalmente, sobre o ato André Patrício durante o exercício da sua profissão. Não por dentro seu como ator, não foi pensado, mas por ter nascido homem e se identificar como homem, eu vejo, clássico na sociedade, a interpretar o papel de uma mulher transgênero - para além de outros dois papéis". Eugénia diz que os insultos de transfobia são o parador de toda esta chafariz. Isto porque falar, em português significa fingir. Fingir é o papel de um ator ao representar, até deve fingir tão bem para que o público acredite que é real. Esta é o exemplo de Brecht/Montaigne, onde dois atores heterossexuais representam dois atores homossexuais, de uma forma tão credível. Refere que segundo os padrões do politicamente correto, Brecht/Montaigne devia ser considerado um filme homofóbico. Esta diz que "então entramos discriminação na sociedade lógica sobre os opressores maioritários e os oprimidos não podem interpretar trans sem isto sem aquilo, mas os opressores maioritários e os oprimidos podem interpretar tudo e qualquer papel".
--	--	--	--	--	--

					Por último, diz: "Sou poeta e tenho poesia tradicional. Não quero saber nem a cor, nem o género, nem quem quem dorme, nem quem vota quem me trair: desde sempre um bom trabalho. É um bom filme. Uma boa atriz. Um bom actor em palco. O que cabe num mundo diverso e plural. É um mundo diverso e plural que não cede ao extremismo único. O São Luiz cede. Faz mal". "Não sei qual seria a minha atitude, não estava cá nessa noite. Não interpreto com o facto de, a partir de um protesto, substituí-lo um ator. Não gostei da forma como foi tratado o ator e sua política. Acho que a própria condição de ator também é fragil, como a questão do transsexual. Quanto ao protesto, os palcos sempre serviram para isso, os grandes encenadores dão-se também no palco. Por isso não, entretanto, um bocadinho organizado demais esse protesto, podia ser mais espontâneo, até mais selvagem, se quisermos, mas, em termos gerais, não acho que tivesse um final muito edificante. O nível de violência proposto nesse protesto... desajustado mais até na criatividade. Mas isso é a forma. Não se pode pôr na posição (se quem protesta), não sobre uma violência ligada à insustentabilidade do meu corpo. Ela (Kejia Brasil), a atriz trans que protestou, acho que era legítimo interromper um espetáculo que descrevia também legitimamente. O que acho que o encenador depois falhou é que não devia ter alterado o quebrou, devia assumir a sua posição até ao fim.
Miguel Loureiro, novo diretor do São Luiz: "O teatro devia ser um título de festa, de vinho, de rosas e de poesia"	29/08/2023	Notícia	Joana Moreira		

					Acho que ali o desempenho podia ter sido outro. O protesto estava feito, teria repercutido nos jornais, não precisava de continuar a haver violência. A Kejia Brasil diz "mas eu sofro violência", como ela diz, "sofremos violência desde sempre". Certo, mas não concordo que os atores de violência tenham que ser violentos. Os antigos opressores são os novos opressores, muitas vezes. E (poético) haver aí um equilíbrio. Mas depois também não tinha nada, porque todo bem que ter esse nível de ruína para ficar marcado. E incrível que tanto episódio paradigmáticos já se passaram aqui neste teatro, mas toda a gente ainda continua a falar disso. Opinião de Marco Martins, encenador: "Acho que as pessoas enquanto criadoras não livres de fazerem as escolhas que quiserem. As escolhas nunca devem ser condicionadas por uma agenda política que é exterior à criatividade do artista, do encenador. Parece não ter sido o caso se depois voltou atrás, mas se a escolha para representar aquele papel era uma atriz não trans, porque não? Acho que não tem de haver essa obrigação. Depois, há pessoas que têm mais consciência política da sua escolha, outras que têm menos consciência. Mas isso é a consciência de cada um, cada um vive com a sua. Acho que a partir do momento em que estamos a trabalhar com o ator, o ator existe mesmo para representar o outro. Um homem representa uma mulher, uma mulher representa um homem, etc. O lugar de fala aqui é a coisa. Eu aqui não estou a meu ator."
Marco Martins "Tenho aqui mulheres com 70 anos e uma vida de trabalho que vivem em quartos de perfeta de Lisboa. Isso não é razoável".	14/04/2023	Notícia	Joana Moreira		

Entre estátuas, palcos e penteados: O wokismo em Portugal.	18/11/2023	Notícia	José Carlos Fernandes	Este texto é um ensaio a pretexto da publicação pela Guerra & Paz de “A Religião Woke”, livro do filósofo francês Jean-François Craupstein. Neste ensaio fala sobre vários movimentos de wokismo em Portugal referindo então o protesto da Keyla Brasil no teatro São Luiz. Diz então que, em Janeiro de 2023, a actriz prostituta transgénero Keyla Brasil interrompeu uma representação, no Teatro São Luiz, em Lisboa, da peça Tudo sobre a minha mãe, protestando por a personagem transgénero Lola ser interpretada por um homem cisgénero. A intervenção é o alvoroço que suscitou tiveram três consequências: 1) o encenador acatou submissamente a exigência de Keyla Brasil, retirando o papel de Lola ao actor, André Patrício e colocando a actriz transgénero Maria João Vaz no seu lugar; 2) o vocabulário dos portugueses foi enriquecido com o termo “transfucks” e 3) todos os encenadores interiorizaram que, daqui em diante, apenas actores, pertencentes a grupos “historicamente oprimidos” poderão desempenhar o papel de personagens pertencentes a grupos “historicamente oprimidos” – tendo, claro, de haver perfeita correspondência entre os seus atributos de etnia, sexo, género, etc. O mesmo é, claro, válido para o cinema. Ainda não é tão claro se será válido para a ópera.
---	------------	---------	-----------------------	--

4. Síntese das notícias do jornal Público:

Síntese dos textos publicados no jornal Público					
Título	Data	Tipo de texto	Autor e filiação institucional	Resumo	Enquadramento editorial
Tudo sobre a força das	08/01/23	Notícia	Silvia Pereira – jornalista/columnista	Annúcia a estreia do espectáculo em torno que mistura o informativo com qualificativos positivos sobre a importância e relevância da peça. Chama atenção à declaração, retirada da divulgação da peça: “as palcos e voz a temas que se encontram socialmente em discussão na agenda espéctica ”	Texto noticioso com tom positivo ao espectáculo
As mulheres de Almodóvar vistas por Daniel Górgio	11/01/23	Notícia	Gonçalo Frota - jornalista	Texto que anuncia a estreia, conta o processo de produção do espectáculo e as razões que levaram o diretor a montar a peça. Destaque para o trecho que revela o conhecimento do diretor sobre a importância da representatividade trans, que não estava no filme que inspirou a peça: “O coming da estreia, confessa Daniel Górgio, acaba por coincidir com “um tempo muito certo”, devido a toda “a discussão atual acerca dos corpos queer e do acesso ao trabalho das pessoas trans”. No fim, aquilo que Almodóvar flutua já de forma natural – é que, no caso de <i>Tudo sobre a minha mãe</i> , nasceu pelo	Texto noticioso com tom positivo ao espectáculo

				conhecimento que tinha de muita gente que viajara para Paris a fim de colocar implantes mamários e depois seguir para trabalhar na prostituição em Barcelona (como acontece com Lola e Agrado), e na aproximação a muitas dessas histórias que inspiraram o guião do filme. “Em 1999, quando o filme estreou”, nota o encenador, “Almodóvar já apresentara outro modelo de família.” Em 2023, acrescenta, Agrado teria de ser encarnada por uma mulher trans (por uma questão de representatividade e de acesso) – e foi assim, através de um casting, que surgiu Ory de Medeiros.	
Protesto trans interrompe peça no São Luiz e faz mudar o elenco	20/01/23	Notícia	Gonçalo Frota e Rodrigo Nogueira - jornalistas	Texto que trata sobre o protesto de Keyla Brasil e que apresenta as razões através da fala de uma das organizadoras, a activista e artista portuguesa Duoly Whales. Ela alega a perda de acesso ao mercado de trabalho e o silenciamento de vozes trans que são abertamente críticas contra as estruturas de poder. O diretor do espectáculo também foi ouvido, disse que está ao lado da luta pela	Texto noticioso com tom positivo ao espectáculo e ao protesto, pois nenhuma voz se contrapõe ao protesto em si. No entanto, o diretor considera a forma do protesto violenta.

				representatividade trans e que por isso a principal personagem trans foi vivida por uma artista trans. Não compreende a forma violenta do protesto que que já na próxima sessão a curta participação do artista cis para a personagem seria realizada por uma artista trans.	
O casting transfóbico !	22/01/23	Opinião	Duoly Whales – artista e artista, uma das organizadoras do protesto	Texto conta a história do surgimento do movimento contra o transfóbico , o vincula às discussões sobre teorias epistémicas e defende que é perverso a peça ter usado uma atriz trans para legitimar um casting transfóbico . A autora também argumenta que pessoas cis nos papéis de personagens trans cis é uma transfóbica de que as vivências trans não passam de performance. Além disso, isso colabora para representações estereotipadas. Por fim, a autora vincula a luta contra o transfóbico , com o mercado laboral, alegando que a exclusão de pessoas trans nos palcos colabora para a exclusão dessas pessoas no mundo do trabalho. O texto também responde a crítica de que o movimento contra	Texto positivo ao movimento contra a transfóbica , que expõe os seus principais argumentos.

				o transfóbico limitaria a liberdade artística. Para a autora, a liberdade artística não ocorre no vácuo, não é neutra, e também política.	
A luta contra o transfóbico é política, não é arte	23/01/23	Opinião - Editorial	Manuel Carvalho – editor do jornal	Texto negativo ao protesto. O ativismo limitaria a liberdade artística e a violência é somente acionada como marca dos protestos.	
“A corrimã, falo da Kaia Brasil? É entre, mas “chuga pau”	25/01/23	Opinião - artigo	Camilo Afonso – advogado feminista	Texto discorde da ideia de que o teatro é a arte de apresentar, pois isso poderia ser usado para defender o biológico . Considera que Kaia foi violenta, mas destaca que	

				as mulheres trans não obrigadas a venderem seus corpos e sexualidade. Considera que o ator cis que interpreta a personagem Leila não foi protegido. Termina o texto dizendo que chegou a hora de a comunidade trans se fazer ouvir.	
Temos que falar da violência que há no transfóbico	25/01/23	Opinião - artigo	Maria João Marques – populista feminista de direita (ver isso)	Texto considera que o protesto foi violento sobre o ator que encarna uma peça que dá visibilidade às questões trans. Diz que o ator foi humilhado. O fato de Kaia estar com as pernas expostas no protesto foi considerado pela autora como um respeito à hierarquia. Considera legítima a luta por visibilidade e trabalho, mas a exclusão não poderia conferir às pessoas trans o direito de exercer a violência. Defende que o ódio online é um dos maiores preferenciais do transfóbico . Cita que transfóbicos odeiam as TESS , e que despetam a violência sexual sobre as mulheres. Em seguida fala de situações em que mulheres passas em um abrigo que são colocadas nos mesmos lugares em que estão “homens que se	

				identificam como mulheres”.	
Câmara de Lisboa regista que houve transfóbico em “Tudo sobre a minha mãe	26/01/23	Notícia	Mariana Duarte – jornalista	Texto informativo em que anuncia que a Câmara Municipal de Lisboa se recusou a considerar a peça transfóbica ou discriminatória. Pela primeira vez encontramos declarações do ator André Pereira e Kaia Brasil, ambas coladas em seu perfil no Instagram. Patricia se considerou “violento e castrado” e que a forma do protesto não teria sido adequada. Kaia respondeu: “Eu quero dizer para você, com muito amor no coração, que você não foi violentado. Você tem ideia de que é uma violência, você sabe qual é a violência pela qual nós passamos?” “Você sabe onde eu estou agora? Eu estou no meio do mar, numa floresta, porque recebi uma ameaça de morte. Um homem mandou uma mensagem para mim a dizer: “O Estado português jamais poderá ser afrontado por uma travesti brasileira; eu sei que você trabalha no Parque Eduardo VII e vou buscar você lá. Isso é uma violência”.	Texto positivo ao espetáculo e movimento marca o protesto como violento.
Somos Kaia Brasil?	26/01/23	Opinião - artigo	Luísa Simões – escritora	Texto opinativo que defende a	Texto positivo ao protesto.

				ideia de que só quem é trans sabe exatamente o que é ser trans. “Resposta é saber colocar-se no lugar do outro com a constante consciência de que existe uma distância intransponível entre a imaginação e a realidade vivência. E por isso é necessário ouvir”. Por fim, também considera que quando um homem cis interpreta uma personagem trans isso perpetua a ideia de que ser uma mulher trans “não é mais do que um homem com vestido de mulher e maquiagem”.	
Texto e representação	26/01/23	Opinião - artigo	José Maria Vieira Mendes – dramaturgo e professor de teatro	Texto conceitual que acaba por ser positivo ao protesto.	

Obrigada, Kaia Brasil	27/01/23	Opinião - artigo	Susana Penha – economista feminista	Texto que destaca dados das violências sofridas pelas pessoas trans e de como as pessoas trans em Portugal, comparado com outros países da União Europeia, continuam na invisibilidade e na vulnerabilidade. Por isso, a autora diz que Kaia “fêz a este país o inestimável serviço de nos fazer reparar na humanidade de uma pessoa trans”.	Texto positivo ao protesto.
Se de cada vez que uma Kaia Brasil invade um palco	27/01/23	Opinião - artigo	Patrícia Portela – performance e teatro	Texto realiza várias perguntas sobre o que aconteceria se diversos outros grupos e pessoas subalternas invadissem os palcos para questionar o teatro. Para autora, se isso occursse, “o teatro seria um lugar transformador, uma máquina de pensar e produzir perigosos diálogos com a multiplicidade que somos (dentro e fora da cena), capazes de incomodar e virar do avesso vidas, uma e outra e outra vez”.	Texto positivo ao protesto e incentivador de mais protestos semelhantes.
A guerra contra a empatia é uma guerra contra a democracia	27/01/23	Opinião - artigo	Francisco Mendes da Silva – quem é?	Texto opinativo contrário aos protestos contra a guerra. Seria “lugar de fala” como uma “vulgar”, defende que esse tipo de ação declara guerra à empatia e que é contrária a ideia de	Texto negativo ao protesto, que produziria uma guerra. Seria antidemocrático, fruto de desempatia que querem censurar peças.

				democracia representativa. Um trecho: “Mas o pior de tudo é o que esta história nos diz sobre a guerra que os novos progressistas identitários têm travado contra o conceito de empatia – e como esse identitarismo ameaça correr o conceito de democracia representativa. Se a direita democrática cabe polícia os excessos do novo extremismo populista, a esquerda democrática tem a missão de combater aqueles que do seu lado querem substituir a ideia de “comunidade” pela ideia de “diferença”.” Questiona se querem censurar artistas como Almodóvar .	
A direção do São Luiz devia demitir-se	28/01/23	Opinião - artigo	Pedro Abreu – quem é?	Texto considera o protesto como “doloroso”, cita dados históricos sobre a representação no teatro e considera que o ato colocou trabalhadores contra trabalhadores. Também diz: “Seu propósito é que um ator cis possa representar um personagem trans e castradora da liberdade de expressão artística e ilustra o tipo de fundamentalista e censura de	Texto negativo ao protesto, que castraria a liberdade artística e teria traços fundamentalistas e de censura.

				franjas da ideologia woke .”	
De Hopkins a Keyla vai um espectro	28/01/23	Opinião - artigo	Rita Serra – Quem é?	Texto faz comparações entre o blackface e o transface e defende um teatro cada vez mais inclusivo.	Texto positivo ao protesto.
Encontrada Keyla Brasil, que esteve desaparecida durante 72 horas	30/01/23	Notícia	Mariana Duarte - jornalista	Texto notícia que Keyla , após receber ameaças de morte, teve que sair de Lisboa e que foi encontrada depois de 72 horas sem dar notícias. O texto também trata das tentativas de ativistas em registrar o desaparecimento e encontrar Keila.	Texto noticioso sensível à situação de Keyla .
Visibilidade “ trans ”- isto é urgente	31/03/23	Opinião - artigo	Carmo Afonso - advogada feminista	Por ocasião do Dia Internacional da Visibilidade Trans, o texto trata sobre o manifesto escrito pelas ativistas em função dessa data e, ao final, a autora cita o protesto de Keyla Brasil, quem teria tirado a comunidade trans da invisibilidade.	Texto positivo ao movimento trans e à Keyla .
Keyla Brasil, que invadiu palco contra transface , hospitalizada na Tailândia	08/09/23	Notícia	Carolina Amado – jornalista	Texto notícia que Keyla foi para Tailândia fazer uma cirurgia de afirmação de gênero, sofreu complicações no pós-operatório e seu quadro estaria “extremamente grave”.	Texto noticioso sensível à situação de Keyla .

5. Síntese das notícias do jornal O Globo:

Síntese dos textos publicados no jornal O Globo					
Título	Data	Tipo de texto	Autor e filiação institucional	Resumo	Enquadramento principal
O Tolerói dos zulus https://oglobo.globo.com/cultura/jose-eduardo-samulsa/noticia/2023/01/o-toleroi-dos-zulus.html	28/01/2023	Notícia	Jose Eduardo de 44444	Começa por ser referido os dois lados de debate depois deste protesto da Keyla Brasil. Em primeiro é referido que os atores vestem a pele de outras pessoas. Por outro lado, é referido as dificuldades e lutas das pessoas trans. Evidenciando que atores trans, raramente são chamados para desempenhar qualquer papel. Dai a indignação de um homem cis ficar com o papel de uma personagem trans. Keyla Brasil conseguiu, nos rápidos minutos da sua intervenção, tudo o que Samuel Adams (e, antes dele, Pedro Almodóvar) pretendiam: chamar a atenção para o drama das pessoas trans, sacudindo conceitos e preconceitos.	

				Por isso, merece aplausos. Já a forma como humilhou o ator que representava o papel da personagem trans apenas merece censura. Acaba o texto dizem que atores deveriam representar personagens diversas e fazendo-nos acreditar nessas outras vidas.	
--	--	--	--	--	--

Depois de protesto em Lisboa, Keyla Brasil vira símbolo da luta das travestis em Portugal: "Quero existir todos os dias" https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/noticia/2023/01/depois-de-protesto-em-lisboa-keyla-brasil-obra-simbolo-da-luta-das-travestis-em-portugal-quero-existir-todos-os-dias.html	21/01/2023	Notícia	Gian Amato	O protesto gerou debate no meio artístico e social, levando a produção da peça a rever o elenco e a incluir uma atriz trans. No entanto, a ação também trouxe consequência s pessoais para Keyla, que passou a ser alvo de ameaças transfóbicas e xenofóbicas, tendo de sair de Lisboa por questões de segurança. Apesar disso, a artista afirmou que não se arrepende do que fez e que o seu corpo, muitas vezes alvo de violência e marginalizaçã o, é também símbolo de resistência e transformação o social. Na entrevista ao O Globo, Keyla destacou que quer "existir todos os dias", não apenas nas datas comemorativ as da visibilidade trans, mas como cidadã plena, com direito a respeito, dignidade e	
---	------------	---------	------------	---	--

				espaço no quotidiano. Defende igualmente a importância do termo travesti, que carrega um peso político e histórico próprio e que não deve ser apagado ou confundido com outros rótulos.	
--	--	--	--	---	--

Entenda caso de atriz trans brasileira que desapareceu em Portugal após protestar contra falta de representatividade no teatro https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/entenda-caso-de-atriz-trans-brasileira-que-desapareceu-em-portugal-apos-protestar-contr-falta-de-representatividade-no-teatro.shtml	30/01/2023	O Globo	Notícia	Após o protesto, Keyla começou a receber ameaças, inclusive de morte. No dia 27 de janeiro, ela foi dada como desaparecida. A Casa T, uma ONG que acolhe pessoas trans migrantes, fez um alerta depois de ela deixar de dar notícias. Keyla relatou que estava com racão, que trocava frequentemente o cartão SIM ("chip") do telemóvel e que só tinha acesso à internet em Wi-Fi de bares. Também afirmava que, por motivos de segurança, se escondia nas zonas mais remotas ou menos visíveis, nomeadamente nas montanhas próximas de Tábua, no distrito de Coimbra.	
---	------------	---------	---------	--	--

Travesti brasileira trocava sempre de chip e usava wi-fi de bar antes de desaparecer em Portugal https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/01/travesti-brasileira-trocava-sempre-de-chip-e-usava-wi-fi-de-bar-antes-de-desaparecer-em-portugal.shtml				Keyla relatou que estava com racão, que trocava frequentemente o cartão SIM ("chip") do telemóvel e que só tinha acesso à internet em Wi-Fi de bares. Também afirmava que, por motivos de segurança, se escondia nas zonas mais remotas ou menos visíveis, nomeadamente nas montanhas próximas de Tábua, no distrito de Coimbra.	
---	--	--	--	--	--

Atriz trans brasileira invade palco de teatro, sofre ameaça e deixa Lisboa https://oglobo.globo.com/blogs/portugal-giro/post/2023/01/atriz-trans-brasileira-invade-palco-de-teatro-sofre-ameaca-e-deixa-lisboa.shtml	26/01/2023	Gian Amato	Notícia	A atriz trans brasileira Keyla Brasil protagonizou uma invasão de palco no Teatro São Luiz, em Lisboa, durante uma apresentação da peça <i>Tudo Sobre a Minha Mãe</i> . Ela interrompeu o espetáculo para protestar contra o facto de um ator cisgénero estar a interpretar uma personagem travesti — reivindicando que papéis trans e travestis sejam desempenhados por quem vive essa experiência. Depois do protesto, Keyla passou a ser alvo de ameaças transfóbicas e xenófobas, o que a levou a abandonar Lisboa por motivos de segurança. A pressão pública e a repercussão mediática do episódio também impulsionaram um debate sobre representatividade, inclusão e os direitos das pessoas trans nas artes e na sociedade em Portugal.	
---	------------	------------	---------	---	--

Anexo B: Códigos Análise Temática

Lista de Códigos

Lista de Códigos	Anotação	Frequência
Lista de Códigos		123
sistêmicas		1
organizacionais		1
mudanças estruturais		1
alienação		1
privar a arte da política		1
mudanças sistêmicas		1
apagamento histórico		1
Arte é política		1
própria hipocrisia do meio artístico		1
determinação		1
coragem		1
risco		1
movimentos anti-trans crescem		1
personagem trans		1
trans		1
cisgênero		1

direitos	1
igualdade de oportunidades	1
assassinada	1
maltratada	1
agredida	1
minoria	2
questões orçamentais	1
importante encontrar uma atriz 'trans' que pudesse fazer o papel	1
escolha de corpos 'queer'	1
"ato político"	1
luta pelos direitos LGBT	1
nunca ter tido a intenção de ofender	1
condicionantes na criação de um espetáculo	1
violenta	1
luta pelo acesso	1
ator cisgênero	1
representatividade	2
atos solidários	1
falta de oportunidades	1
violência	3

não é um espetáculo perfeito	1
liberdade não pode pôr em causa a liberdade de criação artística	1
Menorizou-se	1
Regredimos culturalmente	1
Sou atriz, sou prostituta	1
acatou submissamente a exigência	1
apenas actores pertencentes a grupos "historicamente oprimidos" poderão desempenhar o papel de personagens pertencentes a grupo	1
apelo	2
apropriação	1
ato impestivo	1
cisgênero na novíngua	1
confusão	1
consciência política	1
direito de manifestação	2
exclusão	2
falta de oportunidades no mercado de trabalho	1
falta de representatividade	1
história de Portugal	1
igualdade de direitos	1

comunidade travesti, trans, não-binária e de género diverso em Portugal.	1
momentos mais marcantes	1
grupo vulnerabilizado	1
defendidas as causas	1
superioridade	1
ira	1
Keyla Brasil explodiu daquela maneira	1
refletir	1
apoio à inclusão	1
plataforma de visibilidade	1
boicote	1
injustiça	1
desrespeito	1
Fazer-se ouvir é um direito, rasgar é uma agressão	1
desrespeita	1
lutamos para sobreviver	1
trabalhadores da cultura	1
violento e castrado na minha arte	1
invasão de palco	1
inclusão	1

profundamente injusta	1
discriminação	1
transfobia	1
sacudindo conceitos e preconceitos	1
censura	1
humilhou o ator	1
infame blackface	1
atores vestem a pele de outras pessoas	1
forte debate	1
homem cis	1
personagem transsexual	1
A liberdade de uma não será a liberdade de todas	1
Fake, chave da representação	1
Fake, o paradoxo da chaladice	1
activismo tóxico	1
boicote de peça	1
humilhou e responsabilizou um seu colega	1
condição de ator frágil	1
ator cisgênero	1
substituir-se um ator	1

inaceitável fake	1
não foi bem acolhido	2
não temos espaço	1
obrigação	1
ocuparem estes espaços	1
ofender	1
oportunidade	1
personagens trans	1
precariedade	1
protesto	2
recusa a acusação de transfobia	1
refuta gesto discriminatório	1
revólver apontado à cara	1
solidariedade	1
transgênero, não por ser atriz	1
voto de solidariedade	1
"respeito"	1
"violenta"	1
"transfake"	1